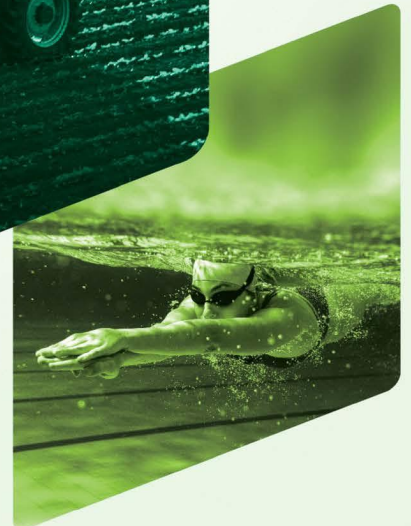
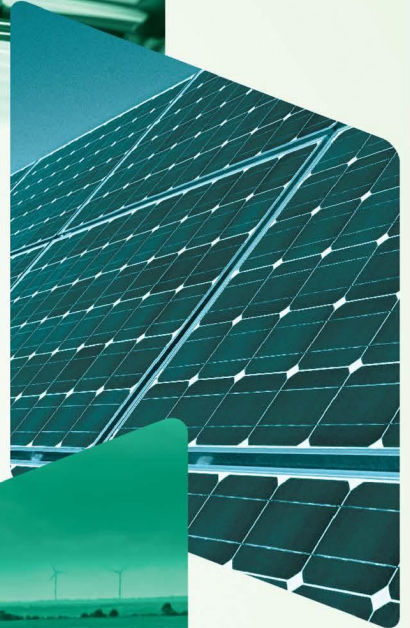


DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2º SEMESTRE DE 2022



MENSAGEM DA DIRETORIA

A Diretoria do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, em cumprimento às determinações legais e regimentais, apresenta as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

O BRDE é uma instituição financeira pública pertencente aos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, operando na Região Sul do Brasil desde 1961, com a missão de promover e liderar ações de fomento ao desenvolvimento econômico e social de toda a região de atuação, apoiando as iniciativas governamentais e privadas, através do planejamento e do apoio técnico, institucional e creditício de longo prazo.

A melhora na situação global de pandemia da COVID-19, em 2022, embora com surtos localizados em determinadas regiões, proporcionou o efetivo retorno a praticamente todas as atividades antes restritas, impulsionando a economia. Por outro lado, o início da invasão da Ucrânia pela Rússia ensejou outros temores pelo mundo, entre eles a crise energética na Europa e os riscos à oferta de alimentos. Além desses receios, o aumento da inflação e a consequente elevação da taxa de juros implicam uma tendência recessiva em diversos países.

O Brasil, no entanto, apresentou uma conjuntura um pouco diferente. O aperto monetário em curso pelo mundo foi iniciado num momento anterior no país, o que, aliado às mudanças na cobrança de impostos setoriais, proporcionou a redução da inflação. Em paralelo, a atividade produtiva e o nível de emprego vêm apresentando dados positivos, configurando um efeito ainda restrito da elevação das taxas de juros na economia.

Já a Região Sul sofreu os impactos negativos de uma das maiores estiagens dos últimos 70 anos, com perda econômica estimada de até R\$ 76 bilhões, principalmente nas culturas da soja e do milho. Ambas as culturas são fundamentais para as exportações brasileiras, e como insumo na integração da suinocultura e da avicultura, na criação de bovinos de corte ou de leite. Ainda assim, os respectivos estados apresentaram baixas taxas de desemprego e considerável desempenho nas demais atividades.

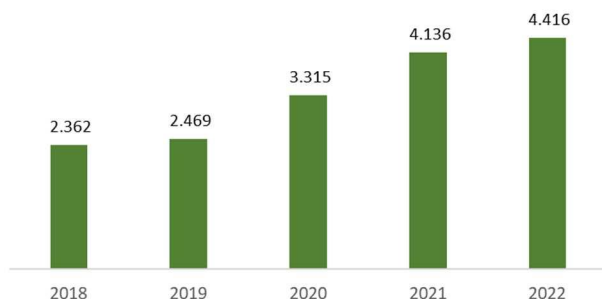
Apesar de todas essas circunstâncias, o BRDE atuou para promover os projetos sustentáveis e inovadores de diversos setores e de todos os portes em sua região de atuação. Esse dinamismo pode ser verificado pelo montante de financiamento contratado, R\$ 4,4 bilhões, um novo recorde do Banco, dos quais 79,5% estão aderentes a pelo menos um Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Pela perspectiva financeira, esse excepcional desempenho do BRDE pode ser notado pela evolução dos seus ativos, da carteira de operações de crédito e do seu patrimônio líquido, os quais, juntamente com a baixa inadimplência, proporcionaram novamente um lucro líquido recorde, de R\$ 449,6 milhões.

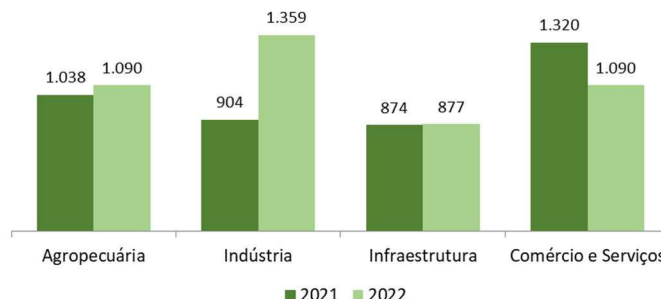
Desempenho Operacional

As contratações do BRDE, em 2022, bateram novamente o recorde nominal da história do Banco, superando os R\$ 4,4 bilhões. Este montante foi 6,8% maior do que o verificado no ano anterior, quando também foram alcançados números inéditos. Esse apoio financeiro contemplou diversos tipos de empreendedores no campo e na cidade espalhados pela região de atuação do BRDE.

Contratações BRDE
R\$ milhões - Valores nominais



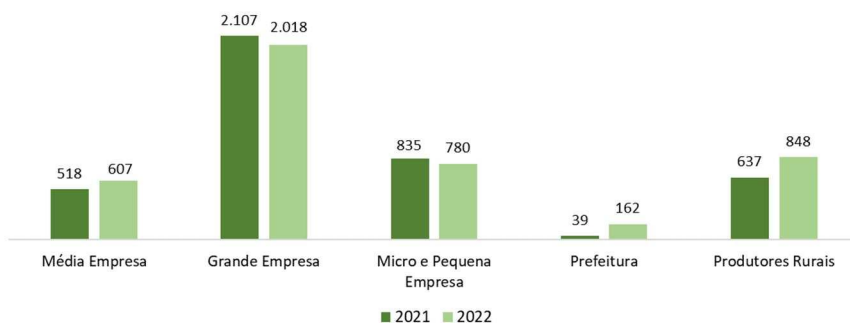
Contração por setor
R\$ milhões - Valores nominais



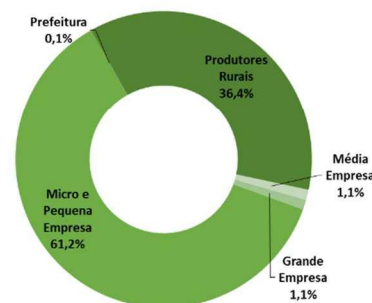
A indústria foi o setor com maior volume de contratações em 2022: R\$ 1,4 bilhão, apresentando uma variação de 50,3% em relação ao ano anterior. Em seguida, a agropecuária, o comércio e os serviços tiveram praticamente o mesmo nível de recursos, de aproximadamente R\$ 1,1 bilhão. A infraestrutura obteve R\$ 877 milhões, mantendo o patamar de 2021.

Em 2022, os produtores rurais e as prefeituras apresentaram significativo aumento do valor contratado em relação ao ano anterior: 33,1% e 320,5% respectivamente. As médias empresas obtiveram um crescimento de 17,1% em valor das contratações. As grandes empresas, as micro e pequenas empresas tiveram pequena redução no volume de recursos.

Contratação por porte
R\$ milhões - Valores nominais



Contratações por porte
% participação de clientes - 2022



Apesar da diminuição no valor total das contratações com micro e pequenas empresas, essas operações em número de clientes cresceram 85,7% em 2022. Esse resultado demonstra o sucesso do esforço do BRDE em ampliar o acesso ao crédito para os pequenos empreendedores, com o valor médio mais baixo de cada financiamento, através de diversas ações como o Programa Juro Zero do Rio Grande do Sul, SC Mais Renda Empresarial de Santa Catarina e Banco do Agricultor do Paraná. Essas iniciativas refletiram também na participação de 61,2% das micro e pequenas empresas e 36,4% dos produtores rurais entre todas as operações de crédito realizadas pelo BRDE em 2022.

Em relação às fontes de recursos utilizadas nas contratações do BRDE, os montantes do Sistema BNDES, incluindo a FINAME, continuaram no mesmo patamar do ano anterior em termos percentuais, correspondendo a 60% de todos os valores financiados pelo BRDE em 2022. Os recursos próprios do BRDE foram ainda mais utilizados nesse ano, representando 15,2% do total.

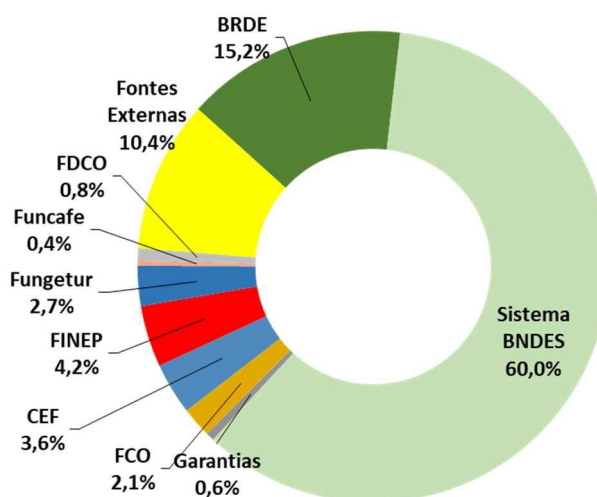
As fontes externas foram responsáveis por 10,5% das contratações do ano, equivalentes a R\$ 459,7 milhões, oriundos da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), do Banco Europeu de

Investimentos (BEI) e do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), parcerias firmadas e consolidadas nos anos recentes.

O BRDE e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) celebraram o terceiro contrato de empréstimo e cooperação técnica entre as instituições, no valor de 100 milhões de euros, em outubro de 2022. Os recursos serão direcionados a financiar projetos alinhados aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), com destaque para a geração de energia com fontes renováveis e modernização dos sistemas de iluminação pública nas cidades.

Em julho de 2022, o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) duplicou o valor aprovado ao BRDE, que passou de 70 para 140 milhões de dólares, visando a ampliação do financiamento a empreendimentos que contribuam para o desenvolvimento sustentável na Região Sul do Brasil, especialmente pequenos empreendedores através do microcrédito.

Contratações por fonte de recursos - % - 2022



Os investimentos em inovação foram retomados em 2022, refletindo no expressivo aumento das contratações com recursos da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), que alcançaram R\$ 186,2 milhões, representando 4,2% das contratações do ano, e um aumento de 409% em relação a 2021. Com isso, o BRDE mantém sua posição de maior repassador de recursos da Finep em âmbito nacional.

O Banco ainda contou com linhas voltadas ao turismo, do Fundo Geral de Turismo – Fungetur, 2,7%; com recursos voltados ao desenvolvimento do Mato Grosso do Sul, por meio do Fundo Constitucional do Centro-Oeste – FCO, 2,1%, e do Fundo do Desenvolvimento do Centro-Oeste – FDCO, 0,8%; ao apoio às prefeituras municipais, através do Fundo Garantidor por Tempo de Serviço operados pela Caixa Econômica Federal, 3,6%; e do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – Funcafé, 0,9%.

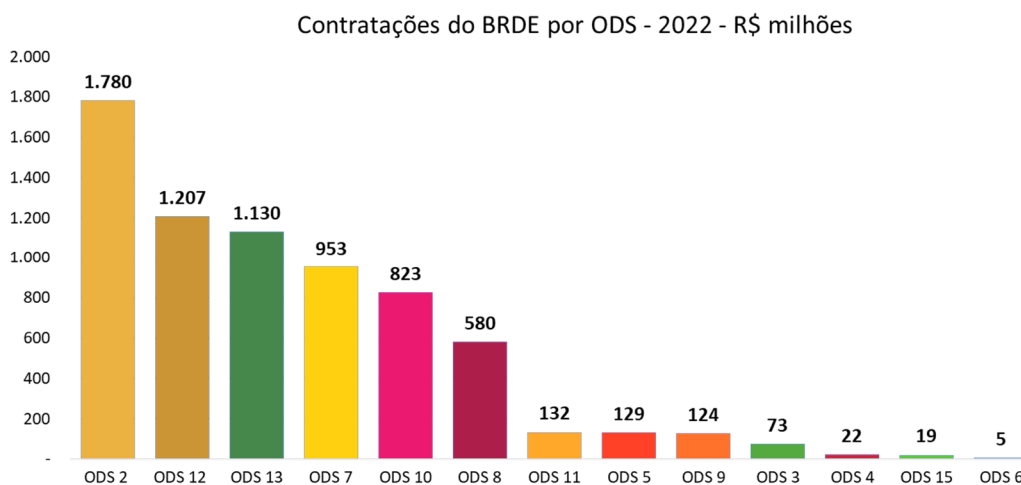
Aderência das contratações do BRDE aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Para demonstrar os impactos positivos dos financiamentos aos ODS, o BRDE iniciou a aplicação de sua Taxonomia de projetos/atividades sustentáveis em 2021, contemplando somente as operações de crédito diretas. Já em 2022, o BRDE ampliou o escopo da sua Taxonomia, integrando também as contratações indiretas, realizadas por instituições conveniadas. Desse

modo, todos financiamentos efetivados pelo Banco passaram a ser analisados e classificados pela ótica dos ODS.

Em 2022, o BRDE realizou R\$ 4,4 bilhões em financiamentos, dos quais R\$ 3,5 bilhões, equivalente a 79,5%, com alinhamento a pelo menos um Objetivo de Desenvolvimento Sustentável. De forma complementar, o BRDE apoia projetos aderentes a um, dois, três ou mais ODS ao mesmo tempo, e essa metodologia também contabiliza esse esforço total, considerando a múltipla contribuição dos financiamentos do Banco aos ODS. Este esforço consolidado alcançou R\$ 7,0 bilhões nesse ano.

No gráfico a seguir, destacamos os ODS mais impactados positivamente pelo crédito realizado pelo BRDE:



O ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável foi o Objetivo em que o BRDE mais contribuiu em 2022, com R\$ 1.780 milhões financiados. Esse montante contempla a produção, a industrialização, a armazenagem, o transporte e o comércio de alimentos, integrando os produtores rurais, principalmente os pequenos, com diversas cooperativas que são tradicionalmente clientes do Banco, além de outras empresas do segmento. Também são contemplados os investimentos na agricultura de baixo carbono, recuperação de solo, plantio de pastagens, alojamento de animais, irrigação, entre outros.

O BRDE financiou R\$ 1.207 milhões para projetos que contribuirão para os desafios do ODS 12 - Produção e Consumo Sustentáveis. Os investimentos apoiados que mais impactam positivamente esse ODS são: geração de energia por fonte renovável, saneamento, florestas comerciais, manejo e disposição de resíduos sólidos e uso ou reciclagem de resíduos.

Foram financiados R\$ 1.130 milhões em projetos aderentes ao ODS 13 – Combate às alterações climáticas, que envolvem temas da adaptação e mitigação dos efeitos do clima, um dos maiores desafios para a sustentabilidade. A adaptação inclui projetos como de irrigação, e a mitigação inclui projetos de geração de energias limpas e renováveis, investimentos na exploração de florestas comerciais, em transporte público elétrico, no uso ou reciclagem de resíduos, entre outros.

Para incentivar os projetos do ODS 7 - Energias Limpas e Renováveis, o BRDE disponibiliza o Programa Mais Energia, o qual contempla os investimentos na geração e transmissão de energia

por fontes limpas e renováveis, além de financiar eficiência energética através da aquisição de equipamentos. Na geração de energia elétrica, o BRDE possui grande expertise na análise de projetos que utilizam diferentes tipos de fontes, incluindo o potencial hidrelétrico de rios com baixo impacto ambiental, a fonte solar, a geração por resíduos sólidos e a fonte eólica. Em 2022, foram financiados R\$ 953 milhões em projetos aderentes ao ODS 7.

Destaques Financeiros

O BRDE obteve o maior resultado da história, alcançando o montante de R\$ 449,6 milhões de lucro líquido, correspondendo a um aumento de 68,6% em relação ao ano anterior, em termos nominais. Essa performance foi realizada, principalmente, pelo aumento das rendas de operações de crédito e de aplicações financeiras, em paralelo ao baixo nível de provisões para créditos de liquidação duvidosa.

O Ativo total atingiu R\$ 19,1 bilhões, o que corresponde a um crescimento de 11,4%. O Patrimônio Líquido alcançou R\$ 3,8 bilhões, intensificando a trajetória de novos recordes a cada exercício, o que proporciona maior alavancagem e capacidade financeira para o Banco financiar o desenvolvimento da sua região de atuação.

A carteira de operações de crédito do BRDE ultrapassou os R\$ 15,6 bilhões em dezembro de 2022, sendo composta por 39,2 mil clientes ativos, cujos empreendimentos financiados estavam localizados em 1.214 municípios, sendo 1.141 da Região Sul, 66 de Mato Grosso do Sul e 7 de São Paulo, estados limítrofes em que o Banco também atua.

O índice de inadimplência, a partir de 90 dias, manteve sua estabilidade em baixo patamar, alcançando 0,54% em dezembro de 2022.



Rating

Anualmente, o BRDE é submetido à avaliação de risco de agências de *rating* conceituadas do mercado financeiro internacional.

Na análise realizada pela Fitch Ratings em agosto de 2022, os IDRs (*Issuer Default Ratings – Ratings de Inadimplência do Emissor*) de Longo Prazo em Moedas Estrangeira e Local do BRDE foram afirmados “BB-” com a Perspectiva passando de Negativa para Estável, em linha com a revisão de Perspectiva dos estados controladores do Banco. Assim, o *rating* do BRDE atribuído pela Fitch Ratings permanece no mesmo patamar do risco de crédito soberano atribuído ao Brasil.

A Moody’s Investors Service afirmou, em outubro de 2022, o *rating* global do BRDE de “ba3” com Perspectiva Estável. O *rating* do BRDE reflete o papel estratégico do Banco na promoção do desenvolvimento dos Estados da Região Sul do Brasil, sua posição como um dos maiores repassadores de recursos do BNDES para o setor agrícola e seu sólido nível de capitalização.

A Moody’s Local atribuiu o *rating* de emissor em escala nacional “A.br” com Perspectiva Estável ao BRDE, em junho de 2022, ressaltando as boas métricas de qualidade dos ativos, níveis de capitalização adequados e suportado pelos seus estados controladores, além de margens de rentabilidade estáveis e adequadas. A agência de risco também considerou a perspectiva estável pela expectativa de manutenção dos fundamentos de crédito consistentes com o atual nível de *rating* ao longo dos próximos 12-18 meses.

Destaques Institucionais

Programa Juro Zero do Rio Grande do Sul

O BRDE foi parceiro do governo do Rio Grande do Sul na elaboração e operacionalização do Programa Juro Zero, o qual teve o objetivo de incentivar os empreendimentos para a retomada do crescimento da economia no estado. Pelo Programa, iniciado em fevereiro, as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais (MEIs) puderam acessar recursos para capital de giro, sendo o custo financeiro relativo aos juros pago pelo governo gaúcho, com prazo de financiamento de até 36 meses.

Para viabilizar o acesso a um maior número de interessados, o BRDE contou com a parceria de uma rede de cooperativas de crédito que atua nas mais diferentes regiões e todas com condições de atender nas respectivas agências e pontos de atendimento. Em 2022, o BRDE financiou R\$ 169,6 milhões para um total de 5.523 clientes, correspondendo uma média de R\$ 30,3 mil por financiamento, no âmbito do Programa Juro Zero.

Banco do Agricultor e Programa Trator, Implementos e Equipamentos Solidários do Paraná

Desde 2021, o BRDE operacionaliza o Banco do Agricultor Paranaense. O instrumento, criado pelo Governo do Estado, auxilia produtores rurais, cooperativas e agroindústrias familiares, além de projetos de geração de energia através de fontes renováveis e projetos destinados à irrigação, entre outros. Os clientes conseguem, pelo Fundo de Desenvolvimento do Estado, o reembolso de uma parte dos juros e, nos casos de energia renovável, que constituem a maioria dos projetos, a totalidade desse custo financeiro. Em 2022 foram operacionalizados R\$ 127,0 milhões pelo BRDE, beneficiando 546 agricultores.

O Programa Trator, Implementos e Equipamentos Solidários para a Agricultura Familiar possibilita o financiamento, com preços mais acessíveis, de tratores, pulverizadores e colhedoras para pequenos produtores. Em 2022, o BRDE efetivou 763 operações de crédito, somando R\$ 137,1 milhões.

SC Mais Renda Empresarial

O Programa SC Mais Renda Empresarial, resultante da parceria estratégica com o Governo do Estado de Santa Catarina, teve sua conclusão de forma exitosa em 2022. O Programa proporcionou o financiamento das micro e pequenas empresas e dos microempreendedores individuais (MEIs) dos setores mais afetados pela pandemia, incluindo a isenção dos juros para os clientes adimplentes e que mantiveram os empregos, além do prazo de carência de até um ano. As operações com MEIs foram realizadas através de repasse do BRDE às instituições de crédito parceiras e totalizaram R\$ 42,2 milhões, resultando em mais de 5 mil clientes. Já para micro e pequenas empresas, foram 2,7 mil beneficiadas, alcançando R\$ 225 milhões em crédito de forma pulverizada em 216 municípios pelo estado.

BRDE e New Development Bank assinam contrato de empréstimo

Com a obtenção do aval da União, o BRDE e o New Development Bank (NDB) concretizaram, em dezembro, a operação de crédito para a captação de 134,6 milhões de euros. Os recursos, no âmbito do Programa de Apoio à Infraestrutura Urbana, Rural e Social para Atingimento dos ODS - Proinfra Sul, serão utilizados para investimentos na infraestrutura urbana e projetos de cunho sustentável. O objetivo é privilegiar aqueles projetos ligados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, fortalecendo o propósito da Agenda 2030.

Avançam os processos para as captações junto ao BID e Banco Mundial

Após dois anos em tramitação, também foram concluídos os procedimentos para a União fornecer o aval, um requisito fundamental, para outras três operações de crédito externo do Banco. Duas dessas operações totalizam 150 milhões de dólares a serem contratados pelo BRDE junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Parte do empréstimo será destinada às micro, pequenas e médias empresas, enquanto a outra linha de crédito resultante dessa captação externa financiará projetos que promovam a melhoria da qualidade de vida nos três estados da Região Sul.

Já na outra operação, junto ao Banco Mundial (BIRD), no valor de 89,6 milhões de euros, serão contemplados os projetos de resiliência urbana nos municípios da Região Sul. Os recursos dessas três captações internacionais devem estar disponíveis aos empreendedores e municípios em 2023.

Parceria do BRDE com Agência Francesa de Desenvolvimento conquista destaque nacional

A parceria entre o BRDE e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), destinada a financiar projetos alinhados à produção e ao consumo sustentáveis, conquistou o primeiro lugar entre os projetos concorrentes ao Prêmio SAIN-ABDE, iniciativa da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) e da Secretaria de Assuntos Econômicos Internacionais (SAIN) do Ministério da Economia. A cooperação entre as duas instituições saiu vitoriosa na categoria Instituições Financeiras de Desenvolvimento.

Com investimentos que já alcançaram R\$ 883,7 milhões, a cooperação técnica e financeira entre as duas instituições já contabiliza 101 projetos financiados na Região Sul do país alinhados aos ODS. Os projetos abrangem, principalmente, a geração de energia com fontes renováveis, melhorias de eficiência na iluminação pública das cidades, gestão de resíduos e reciclagem.

Parceiras Público-Privadas PPP

O BRDE vem atuando há alguns anos em conjunto com os estados e municípios de sua região de atuação para viabilizar a estruturação de Parceiras Público-Privadas. Essa frente de ação é tão relevante para o Banco que consta como meta no Objetivo Estratégico de Políticas Públicas, presente no Planejamento Estratégico do BRDE. A efetivação dessas iniciativas leva certo tempo devido aos requisitos legais e técnicos de cada projeto. Em 2022, o BRDE estava participando na estruturação de 7 iniciativas que contemplam estruturação de projetos, Fundo de PPP e concessão.

DETRAN-PR

O BRDE realizou, em 2019, os estudos para estruturar a concessão de pátios veiculares do DETRAN do Paraná. O projeto previa a implantação e modernização dos pátios, prestando serviços de remoção, guarda e liberação de veículos apreendidos pelo órgão atuador em todos os municípios do estado, com mais qualidade e praticidade ao cidadão paranaense.

Nesse ano de 2022, foi definido o ganhador da concessão, o qual será responsável pela administração dos pátios, gerando uma economia de aproximadamente R\$ 7 milhões por ano ao Governo do Estado, além de permitir remanejar servidores a outras atividades importantes para o Departamento, voltado a serviços de mobilidade essenciais para o desenvolvimento do órgão.

PPP Santa Maria

O BRDE e a Prefeitura de Santa Maria assinaram, em setembro, contrato para a realização de uma parceria público-privada (PPP) que ampliará a iluminação pública do município gaúcho, beneficiando mais de 300 mil pessoas.

A futura parceria com a iniciativa privada prevê a troca de todo o parque de iluminação pública da cidade, que corresponde a 27 mil pontos de luz em área urbana e rural. Serão utilizadas lâmpadas de LED, sem elementos poluentes ou contaminantes, com maior durabilidade e menor consumo de energia. Uma das justificativas para a implementação dessa medida é que a iluminação do município está defasada, tem alto potencial poluidor e baixa economia de energia.

O BRDE prestará assistência técnica à prefeitura na estruturação da PPP na modalidade de concessão administrativa, pela qual o município será usuário direto do serviço. Com o projeto estruturado e publicado, serão feitos *roadshows*, consulta e audiências públicas, promovendo ampla participação da sociedade. Após todos os ajustes necessários, o resultado dos estudos será objeto de licitação para definição do prestador do serviço.

Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas de Santa Catarina (FGP/SC)

Em 2022, o BRDE cooperou com o Governo do Estado na elaboração do Decreto^o 1.714, publicado em fevereiro, que instituiu o Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas de Santa Catarina - FGP/SC. Também foram aprovados o Estatuto e o Regulamento do Fundo, o qual é representado e gerido pelo BRDE.

O Fundo tem a finalidade de prestar garantias de pagamento assumidas pelos parceiros públicos em virtude de parcerias integrantes do Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de Santa Catarina. Com esse instrumento, o estado pretende alavancar os projetos de PPPs.

Instrumentos de Apoio à Inovação

O Programa BRDE INOVA contempla os principais instrumentos de apoio a inovação utilizados pelo Banco, dividido em três frentes de atuação: financiamentos, aporte de capital via Fundos de Investimento em Participações (FIPs) e programas de aceleração de *startups*, BRDE Labs. O Banco também atua promovendo não só os negócios como a conexão entre os diversos atores em prol da inovação, como foi o caso da participação no South Summit.

As contratações do BRDE para projetos de inovação, por meio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), alcançaram R\$ 186,1 milhões, equivalente a 5 vezes o valor contratado no ano anterior.

Nesse ano, R\$ 10,0 milhões foram integralizados nos três Fundos de Investimento em Participação (FIPs) que o BRDE é cotista: Criatec 3, FIP Anjo e TM3 Capital VC4.

Programa BRDE Labs

O Programa BRDE Labs é um instrumento criado para acelerar o desenvolvimento do ambiente de inovação na Região Sul. O Programa tem como foco a aceleração de *startups*, de forma a alavancar recursos futuros ou parcerias que contribuam para o seu êxito operacional, oferecendo de forma gratuita capacitação e oportunidades para geração de negócios.

O **BRDE Labs 2022 coordenado pela Agência do BRDE do Paraná**, teve como temática principal o conceito de ESG (*Environmental, Social and Governance*). Nove empresas paranaenses foram selecionadas para participarem como âncoras, além do próprio BRDE. Neste ano, além dos desafios das empresas âncoras participantes do programa, o BRDE também lançou desafios para as *startups*. Essa foi uma ação pioneira para uma instituição pública como o BRDE, possível graças a Lei Complementar Nº 182/2021 (Marco Legal das *Startups*). A aceleradora Hotmilk, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), foi novamente a parceira operacional do programa, que contou também com o apoio da American Chamber of Commerce for Brazil (AMCHAM). Vinte e duas *startups* participaram da fase de imersão com as empresas âncoras e 10 foram selecionadas para a fase de aceleração.

A terceira edição do **BRDE Labs coordenado pela Agência do BRDE do Rio Grande do Sul** foi conduzida mais uma vez em parceria com a Universidade Feevale, através do Feevale Techpark. O foco da iniciativa desse ano foi a aceleração e a conexão das *startups* com grandes empresas e instituições de diversas áreas do Rio Grande do Sul. Para isso, sete empresas âncoras foram escolhidas para apresentar seus desafios às *startups* selecionadas pelo Programa. Dez *startups* foram selecionadas para a aceleração, que iniciou em julho e durou quatro meses. As quatro *startups* com melhor desempenho ao longo de todo o programa foram premiadas pelo BRDE.

O **BRDE Labs coordenado pela Agência do BRDE de Santa Catarina**, ofereceu um programa de desenvolvimento para 100 *startups* catarinenses com o apoio operacional da Associação Catarinense de Tecnologia (ACATE). O foco foi no processo de *growth* (crescimento), que trabalha especialmente as áreas de modelo de negócios, comercial e marketing visando apoiar na estruturação e validação das estratégias e processos internos para consolidar um negócio

viável e escalável. As empresas foram divididas entre as regiões do estado para participar dos oito *workshops*, das seis mentorias coletivas, dos dois encontros regionais e dos 40 *pitches* divididos em bancas regionais. No encerramento do Programa, as dez *startups* com maior pontuação nas avaliações foram premiadas com aportes financeiros do BRDE.

BRDE promove conexões no South Summit Brasil

O South Summit, um dos maiores eventos internacionais de inovação e fomento às *startups*, teve sua primeira edição no Brasil realizada em maio, em Porto Alegre. O evento contou com mais de 20 mil pessoas de 50 países, mais de 500 palestrantes sendo 50 deles internacionais, e mais de mil projetos inscritos, de 76 países diferentes, para a competição de *startups*.

O BRDE, como um dos apoiadores do South Summit Brasil, teve uma participação especial na programação do encontro, integrando momentos de debates sobre diversidade, sustentabilidade, oportunidades para aceleração de *startups* e ações para o fortalecimento da indústria de jogos eletrônicos.

Dev The Devs tem sua segunda edição abrangendo toda Região Sul

O Programa *Devs The Devs* concluiu, em 2022, a sua bem sucedida primeira edição, promovendo a formação inicial para mil jovens desenvolvedores de sistemas da rede pública de ensino do Rio Grande do Sul. Tamanho foi o sucesso do Programa que, em seguida, foi já lançada a segunda edição, contemplando de forma gratuita e *online* os alunos das escolas públicas dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A iniciativa do BRDE tem a parceria do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) e do Parque Científico e Tecnológico da PUCRS (Tecnopuc), com apoio de governos e organizações.

O programa disponibilizou 2.100 vagas distribuídas em 700 para cada estado da Região Sul, sendo 50% para meninas e 50% para meninos, a partir de 16 anos, com acesso a um computador. Foram 3.012 inscritos que, após a seleção, iniciaram as atividades em setembro, com duração de quatro meses.

Fundo Setorial do Audiovisual (FSA)

O BRDE é agente financeiro do Fundo Setorial do Audiovisual – FSA desde 2012. O Fundo é gerenciado pela Agência Nacional de Cinema – Ancine, e destina-se ao desenvolvimento de toda a cadeia produtiva da atividade audiovisual no Brasil, via utilização de diferentes instrumentos financeiros, tais como investimentos, financiamentos, operações de apoio e de equalização de encargos financeiros.

Em 2022, oito editais foram lançados na modalidade investimento, contemplando produção e comercialização de obras audiovisuais brasileiras, totalizando em R\$ 541,6 milhões. Na modalidade crédito, foram abertas quatro linhas de financiamento, com o objetivo de financiar a modernização de equipamentos necessários à produção, pós-produção, distribuição, exibição, programação e comercialização de conteúdo audiovisual, entre outros investimentos.

BRDE e a Responsabilidade Social, Ambiental e Climática

O BRDE efetivou a sua primeira Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) em 2015. Aprimorando esse tema, em 2022, o BRDE instituiu a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), demonstrando um aperfeiçoamento nas estratégias e ações do Banco, incluindo o objetivo climático no rol de diretrizes.

Banco Verde

Um dos instrumentos operacionais de maior efetividade da PRSAC é o Banco Verde BRDE. Criado em 2022, o Banco Verde é um grande guarda-chuva que torna visíveis as ações do Banco na promoção do impacto socioambiental e climático positivo na Região Sul do Brasil, inclusive em relação ao desempenho climático e ambiental interno à organização, auxiliando na captação de recursos internacionais e na multiplicação de ações positivas. São três grandes eixos em que o Banco Verde BRDE deverá mostrar resultados a partir de 2023:

- I. Mitigação do impacto ambiental gerado nas atividades operacionais do BRDE;
- II. Promoção de projetos socioambientais e climáticos mediante apoio financeiro do Fundo Verde e de Equidade;
- III. Promoção de projetos socioambientais e climáticos mediante operações de crédito.

Iniciativas para reduzir os impactos da Estiagem na Região Sul

O BRDE buscou iniciativas e estudou soluções a fim de reduzir os impactos da severa estiagem ocorrida, no início de 2022, na Região Sul do país. Dados apontaram para a pior estiagem dos últimos 70 anos. Diante desse quadro que afetou diretamente a produção agrícola, com efeitos negativos em outras atividades, o BRDE elaborou um estudo para uma ampla discussão com o BNDES, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e outros agentes setoriais e governamentais.

Como resultado da análise conjunta da situação, o Governo Federal publicou o Decreto nº 11.029, que concedeu um abatimento na parcela ou na liquidação das operações de crédito rural de custeio e investimento contratadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Os produtores rurais localizados em municípios afetados, que tenham decretado situação de emergência ou estado de calamidade pública em função da estiagem, foram beneficiados. Em 2022, foram contemplados aproximadamente 4 mil contratos, com valor total de R\$ 10,2 milhões.

Também em função da estiagem que afetou a Região Sul do país, houve aumento no volume de prorrogações nas linhas de refinanciamento de programas agrícolas. Em todo o ano, foram aprovados refinanciamentos agrícolas para 71 contratos, que totalizaram R\$ 24,4 milhões.

Para melhorar a oferta de água necessária à produção agropecuária e reduzir o risco de prejuízos financeiros aos produtores rurais em razão de estiagens, o Banco disponibiliza o Programa BRDE Irrigação. Em 2022, foram financiados R\$ 27,1 milhões para a efetivação de oito projetos, que somaram 1.209 hectares em áreas irrigadas no sul.

Conselho Fiscal

O BRDE constituiu, em outubro, o seu Conselho Fiscal, o qual tornou-se parte do sistema de *compliance* do Banco. O Conselho é órgão fiscalizador dos atos de gestão da Administração no desempenho econômico, financeiro e orçamentário, observando o cumprimento dos deveres legais e estatutários, visando à proteção dos interesses do BRDE e dos seus proprietários, satisfeitas as exigências do bem público e da sua função social.

O Conselho Fiscal é constituído por três membros titulares e três membros suplentes, sendo um membro titular e um suplente, designados por ato do governador de cada estado participante do capital social, escolhidos dentre os servidores com vínculo permanente com o respectivo estado, respeitadas as disposições legais e as regulamentações expedidas pelo Banco Central do Brasil.

Gerenciamento de Riscos

O BRDE, em atendimento às disposições da Resolução CMN nº 4.557/2017 e de regulamentação complementar, possui estrutura de gerenciamento de riscos segregada das demais unidades de negócio. A Superintendência de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance* (SURIS) é a responsável pela elaboração e revisão das políticas e dos relatórios de gerenciamento de riscos, sendo as suas aprovações de responsabilidade do Conselho de Administração, após apreciação da Diretoria, que o faz com base nas recomendações do Comitê de Risco. O relatório que define a estrutura de gerenciamento de riscos está disponível no site do Banco (www.brde.com.br). A tolerância do BRDE aos riscos está definida na RAS – Declaração de Apetite por Riscos, e seus parâmetros são monitorados continuamente pela área de gestão de riscos e reportados à Diretoria, ao Comitê de Riscos e o Conselho de Administração.

Em atendimento à Resolução BCB nº 54/2020, o BRDE apresenta seu Relatório de Divulgação de Informações de Risco, reunindo um conjunto abrangente de informações a respeito da sua gestão de risco e de capital. Ao proporcionar às partes interessadas amplo acesso às informações sobre os riscos e gestão, o BRDE busca atender às recomendações do Comitê de Basileia de Supervisão Bancária (Relatório de Pilar 3 – Disciplina de Mercado) em relação à transparência, favorecimento da disciplina de mercado e redução de assimetria de informações. O relatório de Pilar 3 é encontrado na seguinte seção do site do BRDE: <https://www.brde.com.br/gestao-de-riscos/>. Está disponível também em forma de dados abertos segundo as especificações estabelecidas pelo BACEN em: <https://dadosabertos.bcb.gov.br/dataset/pilar3>.

Agradecimentos

Os resultados apresentados à sociedade nesse relatório não seriam possíveis sem os esforços conjuntos com os estados-controladores e representantes da sociedade civil. Nesse contexto, a Diretoria agradece aos clientes pela decisão de contar com o apoio oferecido pelo BRDE, aos repassadores de recursos pela contínua e crescente parceria no processo de desenvolvimento, aos governos dos estados-controladores, ao Conselho de Administração, aos Comitês de apoio e aos demais parceiros pela confiança depositada, e agradece, ainda, aos funcionários, reafirmando seu reconhecimento pela colaboração recebida.

ATIVO	Nota	2022	2021	PASSIVO	Nota	2022	2021
Disponibilidades	5	108.573	7.004	Depósitos a prazo		11.832	30.976
Instrumentos financeiros		18.834.853	16.985.605	Instrumentos financeiros		13.891.240	12.547.558
Títulos e valores mobiliários	6	3.167.279	2.870.017	Repasses do país	12.1	12.516.703	11.608.201
Operações de crédito	7	15.464.679	13.909.459	Empréstimos e repasses do exterior	12.1	1.368.054	936.840
Outros instrumentos financeiros	8	202.895	206.129	Instrumentos financeiros derivativos	6.2	6.483	2.517
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	(310.553)	(346.053)	Outras obrigações		922.911	719.491
Outros ativos		152.540	149.905	Fundos financeiros e de desenvolvimento	13	605.074	491.704
Rendas a receber		14.843	11.995	Impostos e contribuições sobre o lucro		239.621	172.948
Devedores por depósitos em garantia		64.221	89.604	Outros impostos e contribuições		16.230	14.810
Outros créditos	10	34.189	14.679	Outras obrigações	14	61.986	40.029
Ativos não financeiros mantidos para venda		40.986	34.125	Provisões		127.294	140.910
(-) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros mantidos para venda		(1.699)	(498)	Provisão para garantias financeiras prestadas	15	4.638	13.574
Créditos tributários	18.3	258.416	283.447	Provisão para contingências	16	92.185	98.388
Investimentos		602	602	Provisão para pagamentos a efetuar		30.471	28.948
Imobilizado	11	40.304	40.776	Passivo atuarial	25	258.802	237.300
Imobilizado de uso		72.686	70.437	Obrigações fiscais diferidas	18.3	48.769	61.460
(-) Depreciação acumulada		(32.382)	(29.661)	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		-	2.457
Intangível	11	14.418	17.180	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17	3.838.305	3.398.314
Ativos intangíveis		50.186	46.745	Capital social		1.971.507	1.734.924
(-) Amortização acumulada		(35.768)	(29.565)	Reservas de lucro		1.983.628	1.770.620
				Outros resultados abrangentes		(116.830)	(107.230)
TOTAL DO ATIVO		19.099.153	17.138.466	TOTAL DO PASSIVO		19.099.153	17.138.466

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	2º semestre		Exercício	
		2022	2021	2022	2021
Receitas de intermediação financeira		1.017.254	764.525	1.878.281	1.396.733
Operações de crédito	7.5	855.605	661.795	1.571.208	1.241.434
Resultado com títulos e valores mobiliários		161.649	102.730	307.073	155.299
Despesas de intermediação financeira		(455.558)	(381.941)	(778.608)	(632.793)
Operações de captação		(2.114)	(854)	(3.862)	(975)
Operações com empréstimos e repasses	12.2	(422.580)	(351.306)	(748.069)	(592.687)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(28.869)	(36.490)	(16.081)	(33.639)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6.2	(1.995)	6.709	(10.596)	(5.492)
Resultado da intermediação financeira		561.696	382.584	1.099.673	763.940
Outras receitas operacionais		57.688	62.121	99.750	110.778
Receitas de prestação de serviços	19	23.742	16.642	44.907	37.025
Outras receitas operacionais	20	33.946	45.479	54.843	73.753
Despesas operacionais		(209.304)	(184.711)	(389.548)	(336.345)
Despesa com pessoal	21	(111.445)	(106.680)	(207.497)	(199.108)
Outras despesas administrativas	22	(40.831)	(33.947)	(67.719)	(55.506)
Despesas tributárias	18.1	(29.617)	(21.625)	(56.672)	(39.714)
Outras despesas operacionais	23	(27.411)	(22.459)	(57.660)	(42.017)
Despesas com provisões		(5.763)	(6.429)	(15.463)	(20.041)
Trabalhistas		(3.008)	(4.373)	(6.433)	(9.400)
Cíveis e fiscais		(2.755)	(1.898)	(5.187)	(5.836)
Garantias financeiras prestadas		-	(158)	(3.843)	(4.805)
Resultado operacional		404.317	253.565	794.412	518.332
Outras receitas e despesas		4.685	15.262	8.020	16.472
Resultado antes dos tributos e participações		409.002	268.827	802.432	534.804
Impostos sobre o lucro	18.2	(178.291)	(125.835)	(335.991)	(251.958)
Corrente		(160.306)	(118.865)	(316.317)	(220.298)
Diferido		(17.985)	(6.970)	(19.674)	(31.660)
Participações no lucro		(1.042)	(6.875)	(16.850)	(16.234)
RESULTADO LÍQUIDO		229.669	136.117	449.591	266.612
Resultado líquido por ação (lotes de 1000 ações)		0,12	0,08	0,23	0,15

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	2º semestre		Exercício	
	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do período	229.669	136.117	449.591	266.612
Itens que podem ser reclassificados para o resultado				
Ativos financeiros disponíveis para venda	337	(316)	(1.160)	1.731
Variação do valor de mercado	250	(574)	(2.109)	3.148
Efeito tributário	87	258	949	(1.417)
Itens que não podem ser reclassificados para o resultado				
Benefício pós-emprego	(17.009)	30.068	(8.440)	30.424
Variação do passivo atuarial	(24.217)	33.585	(14.825)	33.585
Efeito tributário	7.208	(3.517)	6.385	(3.161)
Total dos outros resultados abrangentes	(16.672)	29.752	(9.600)	32.155
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	212.997	165.869	439.991	298.767

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Capital social		Reservas de capital		Reservas de lucro	Outros resultados	Lucros	Total
	Capital Social	Aumento de Capital	Fundo Regimental	Outros	Fundo Regimental	abrangentes	acumulados	
Saldos em 01/07/2021	1.518.579	89.850	-	-	1.760.998	(136.621)	-	3.232.806
Ajustes de títulos disponíveis para venda						(316)		(316)
Ajuste reavaliação benefícios pós emprego						29.707		29.707
Aumento de capital	216.345	(89.850)			(126.495)			-
Lucro líquido do semestre							136.117	136.117
Constituição de reservas					136.117		(136.117)	-
Saldos em 31/12/2021	1.734.924	-	-	-	1.770.620	(107.230)	-	3.398.314
Saldos em 01/07/2022	1.734.924	107.859	-	-	1.882.683	(100.158)	-	3.625.308
Ajustes de títulos disponíveis para venda						337		337
Ajuste reavaliação benefícios pós emprego						(17.009)		(17.009)
Aumento de capital	236.583	(107.859)			(128.724)			-
Lucro líquido do semestre							229.669	229.669
Constituição de reservas					229.669		(229.669)	-
Saldos em 31/12/2022	1.971.507	-	-	-	1.983.628	(116.830)	-	3.838.305
Saldos em 01/01/2021	1.518.579	-	1.719.644	709	-	(139.071)	-	3.099.861
Reclassificação contábil	-	-	(1.719.644)	(709)	1.720.353	-		-
Ajustes de títulos disponíveis para venda						1.731		1.731
Ajuste reavaliação benefícios pós emprego						30.110		30.110
Aumento de capital	216.345				(216.345)			-
Lucro líquido do exercício							266.612	266.612
Constituição de reservas					266.612		(266.612)	-
Saldos em 31/12/2021	1.734.924	-	-	-	1.770.620	(107.230)	-	3.398.314
Ajustes de títulos disponíveis para venda						(1.160)		(1.160)
Ajuste reavaliação benefícios pós emprego						(8.440)		(8.440)
Aumento de capital	236.583				(236.583)			-
Lucro líquido do exercício							449.591	449.591
Constituição de reservas					449.591		(449.591)	-
Saldos em 31/12/2022	1.971.507	-	-	-	1.983.628	(116.830)	-	3.838.305

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	2º Semestre		Exercício	
	2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do período ajustado	292.745	195.444	511.778	367.060
Lucro líquido do período	229.669	136.117	449.591	266.612
Ajuste por:				
Depreciação e amortização	4.575	3.887	9.038	7.336
Ajuste a valor de mercado – ativos e passivos	1.077	(8.409)	905	5.218
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	28.869	36.490	16.081	33.639
Provisão para garantias financeiras prestadas	(4.438)	(3.644)	(8.936)	(2.315)
Provisão para contingências	3.903	1.432	1.552	8.735
Provisão atuarial, líquido de reversões	10.090	22.601	22.672	14.658
Provisão para perdas esperadas de outros ativos	1.015	-	1.201	1.517
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.985	6.970	19.674	31.660
Redução / (aumento) de ativos operacionais	(1.017.054)	(978.541)	(1.706.761)	(354.216)
Títulos e valores mobiliários	(60.824)	(142.631)	(92.023)	146.079
Operações de crédito	(932.944)	(710.567)	(1.606.802)	(379.384)
Outros instrumentos financeiros	5.971	(168.383)	3.235	(172.744)
Outros créditos	(21.962)	37.525	(3.837)	45.047
Créditos tributários	(7.295)	5.515	(7.334)	6.786
Aumento / (redução) de passivos operacionais	1.055.377	871.580	1.507.596	180.742
Instrumentos financeiros	831.646	700.726	1.340.052	130.957
Outras obrigações	272.990	238.349	436.643	251.965
Provisões	(1.682)	(9.453)	(6.232)	(10.615)
Passivo atuarial e obrigações fiscais diferidas	17.761	(58.867)	(1.168)	(45.765)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(48.666)	(28.598)	(249.642)	(177.470)
Resultado de exercícios futuros	-	32	(2.457)	(170)
Ajustes de avaliação patrimonial	(16.672)	29.391	(9.600)	31.840
Caixa gerado / (utilizado) nas atividades operacionais	331.068	88.483	312.613	193.586
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aplicação no intangível	(1.090)	(2.251)	(3.441)	(6.925)
Aquisição de imobilizado de uso	(1.127)	(1.947)	(2.371)	(2.638)
Alienação de imobilizado de uso	7	4	7	68
Caixa gerado / (utilizado) nas atividades de investimento	(2.210)	(4.194)	(5.805)	(9.495)
Aumento / (redução) no caixa e equivalente de caixa	328.858	84.289	306.808	184.091
Modificação na posição financeira				
Saldo de caixa e equivalente de caixa no início do período	745.477	683.237	767.527	583.436
Saldo de caixa e equivalente de caixa no fim do período	1.074.335	767.526	1.074.335	767.527
Aumento / (redução) no caixa e equivalente de caixa	328.858	84.289	306.808	184.091

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	2º Semestre		Exercício	
	2022	2021	2022	2021
Receitas	1.080.672	841.915	1.983.440	1.521.010
Intermediação financeira	1.017.254	764.525	1.878.281	1.396.733
Prestação de serviços	23.742	16.642	44.907	37.025
Provisão para garantias financeiras prestadas	4.438	3.644	8.936	2.315
Outras	35.238	57.104	51.316	84.937
Despesas	470.108	393.170	806.045	649.481
Despesas de intermediação financeira	426.689	345.450	762.527	599.155
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	28.869	36.490	16.081	33.639
Outras	14.550	11.230	27.437	16.687
Insumos adquiridos de terceiros	55.175	47.034	100.328	89.203
Materiais, energia e outros	49.432	43.515	90.234	82.278
Serviços de terceiros	5.743	3.519	10.094	6.925
Valor adicionado bruto	555.389	401.711	1.077.067	782.326
Depreciação e amortização	4.575	3.887	9.038	7.336
Valor adicionado total a distribuir	550.814	397.824	1.068.029	774.990
Distribuição do valor adicionado	550.814	397.824	1.068.029	774.990
Pessoal	93.072	89.701	174.074	165.029
Remuneração direta	69.732	64.005	133.278	119.303
Benefícios	19.231	21.791	31.698	37.548
FGTS	4.109	3.905	9.098	8.178
Impostos, taxas e contribuições	226.282	164.440	426.086	325.751
Federais	225.159	163.257	423.435	323.192
Estaduais	5	27	49	69
Municipais	1.118	1.156	2.602	2.490
Remuneração de capitais de terceiros	749	691	1.428	1.364
Aluguéis	749	691	1.428	1.364
Remuneração de capitais próprios	230.711	142.992	466.441	282.846
Participação no resultado	1.042	6.875	16.850	16.234
Lucros retidos no período	229.669	136.117	449.591	266.612

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul ("BRDE") é uma instituição financeira pública de capital fechado constituída sob a forma de convênio celebrado entre seus estados controladores: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Como instituição financeira propulsora do desenvolvimento regional, o BRDE tem como finalidade promover e liderar ações de fomento ao desenvolvimento econômico e social, através do planejamento e do apoio técnico e creditício de longo prazo, tendo como principais atividades:

- I. Empréstimos e financiamentos;
- II. Prestação de garantias;
- III. Investimentos;
- IV. Prestação de serviços;
- V. Convênios de qualquer natureza;
- VI. Outras modalidades compatíveis com a natureza da instituição e autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

Sujeita-se, por ter personalidade jurídica de direito privado, às regras aplicáveis às empresas privadas no que se refere às obrigações trabalhistas, tributárias, cíveis e comerciais definidas no ordenamento jurídico e como instituição financeira sujeita às regras definidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

O BRDE tem sua sede localizada na rua Uruguai, 155, Centro, Porto Alegre – RS, e possui 1 agência operacional em cada capital dos estados controladores: Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Aprovação e moeda funcional das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o Real (R\$) e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

Estas demonstrações financeiras, após apreciação do Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e da Diretoria, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 28 de março de 2023.

2.2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as regulamentações do BACEN e do CMN, e com base nas disposições da Lei das Sociedades por ações, desde que não sejam conflitantes com as regulamentações emanadas pelos órgãos reguladores.

A apresentação das demonstrações está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro – COSIF e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que foram recepcionados pelos órgãos reguladores.

O Balanço Patrimonial está apresentado por ordem de liquidez e de exigibilidade, para as contas do ativo e do passivo, respectivamente, conforme prerrogativa prevista no art. 23 da Resolução BACEN nº 2/2020, sendo a segregação dos valores em curto e longo prazo apresentada na nota 4.

3. PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Apuração do resultado

É apurado pelo regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério de *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

3.2 Caixas e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos das disponibilidades (saldo das contas correntes no Brasil e no exterior) e títulos, entre todos que compõem a carteira de fundo de investimentos, cujo vencimento seja de curto prazo e que apresentem risco insignificante de mudança em seu valor justo.

3.3 Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN n.º 3.068/2001, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da Administração, em três categorias, a saber:

- Títulos para negociação - avaliados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para a venda - atualizados com base nas condições intrínsecas em contrapartida ao resultado do período, e ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido; e
- Títulos mantidos até o vencimento - atualizados com base nas condições intrínsecas, em contrapartida ao resultado do período.

3.4 Instrumentos financeiros derivativos

Conforme Circular BACEN n.º 3.082/2002 são classificados, na data da sua contratação, como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, de acordo com a intenção da administração. Entre os diversos tipos de instrumentos derivativos, o BRDE opera com a modalidade *swap*.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são registradas pelo seu valor justo, considerando as metodologias de marcação a mercado adotadas pelo BRDE. O método de reconhecimento dos ganhos e perdas resultantes das operações pode ser contabilizado no resultado ou no patrimônio líquido, dependendo da categoria da contabilidade de *hedge* ou *hedge accounting* adotada.

Os instrumentos designados para fins de *hedge accounting* podem ser classificados de acordo com sua natureza nas seguintes categorias:

- *Hedge* de risco de mercado: nessa categoria são classificados os instrumentos financeiros derivativos que se destinam a compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge*, sendo que os valores dos ganhos e perdas, realizados ou não, registrados em conta de resultado;

- *Hedge* de fluxo de caixa: nessa categoria são classificados os instrumentos financeiros derivativos que se destinam a compensar variações no fluxo de caixa estimado da instituição, sendo que os valores dos ganhos e perdas, líquidos dos efeitos tributários, registrados em conta do patrimônio líquido.

As informações detalhadas das operações envolvidas, suas estratégias, os objetivos da gestão de risco, contemplando a sua efetividade, são documentadas desde o início das operações a fim de evidenciar seus principais elementos envolvidos, quais sejam:

- Objetivo do *hedge*;
- Classificação e estratégia do *hedge*;
- Procedimentos internos de escrituração;
- Identificação de objeto e instrumento de *hedge*;
- Testes e demonstração da efetividade.

3.5 Operações de crédito, outros créditos com características de operações de crédito

Estão demonstradas ao valor de realização acrescidos, quando aplicáveis, e em base "*pro rata*" dia, dos rendimentos auferidos no período, com base na variação do indexador e da taxa de juros contratada e deduzidas do valor de rendas a apropriar.

A atualização das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e a partir do 60º, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas após o 60º dia só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Quando contratadas, e de acordo com parâmetros definidos pelo BRDE, as operações de crédito são classificadas em nível de risco, que varia de "AA" (menor risco) a "H" (maior risco). Este risco pode mudar por reavaliações periódicas ou conforme o atraso, obedecendo rigorosamente o estabelecido na Resolução CMN n.º 2.682/1999.

As operações em atraso classificadas no pior nível ("H"), permanecem nesse nível por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação.

As operações renegociadas, que não tenham sido transferidas para compensação, são classificadas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam na data da renegociação, enquanto que, as que já estavam em compensação são classificadas em "H". Todavia, em ambos os casos, admite-se a classificação para níveis melhores sempre que houver uma amortização significativa ou ocorrência de fato relevante que justifique a melhora.

3.6 Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, efetuada com base nos percentuais mínimos estabelecidos nas normas do BACEN, e complementada por provisões adicionais em relação ao mínimo exigido pela regulamentação, é fundamentada na análise de cada operação e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos das carteiras.

3.7 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos

O BRDE revisa periodicamente se há alguma indicação de perda no valor recuperável dos ativos (*impairment*), e, quando identificadas, são reconhecidas no resultado do período

3.8 Imobilizado

Demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação do imobilizado de uso é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais que levam em consideração a vida útil dos bens:

	Taxas
Imóveis	4% a.a.
Instalações, Equipamentos e Sistemas de Comunicação e Segurança	10% a.a.
Sistemas de processamento de dados e Veículos	20% a.a.

3.9 Intangível

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos softwares, amortizados pelo método linear à taxa de 20% ao ano a partir da data da sua disponibilidade para uso. A entidade avalia, ao fim de cada período de reporte, se houve alguma indicação de que um ativo intangível tenha sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade estima o valor recuperável do ativo.

3.10 Obrigações por repasses

São demonstradas pelos valores das exigibilidades considerando os encargos e variações monetárias ou cambiais até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro rata* dia

3.11 Impostos e contribuições

A relação dos impostos e contribuições sobre o lucro e sobre o resultado ao qual o BRDE está sujeito a calcular e recolher estão discriminados na nota explicativa 18 bem como as respectivas alíquotas vigentes na data de encerramento deste exercício.

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social, apurados nas alíquotas a serem praticadas a partir de 2022, são constituídos sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal. De acordo com o disposto na Resolução CMN n.º 4.842/20, a expectativa de realização dos referidos créditos e obrigações da instituição, demonstrado na nota 18.3, está baseada em projeção de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico elaborado e aprovado pela Administração.

3.12 Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN n.º 3.823/09.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando como praticamente certa a realização do ativo.

Passivos contingentes: decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o

montante das mesmas possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam sua mensuração de forma adequada, baseados em suporte documental ou contábil, ou histórico de fatos assemelhados, apesar da incerteza inerente ao prazo ou valor. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões; as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias: decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram e, independentemente de avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras.

3.13 Passivo atuarial

O Banco é patrocinador da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE, cuja principal finalidade é a de manter planos de aposentadorias e pensões (nota 25). O regime atuarial de apuração do custo e contribuições dos planos é o de capitalização, avaliado semestralmente por atuário independente.

Os ganhos ou perdas atuariais reconhecidas de um determinado período correspondem a aumentos ou reduções no valor presente da obrigação de benefício definido em razão de mudanças em premissas atuariais e dos ajustes pela experiência.

Os benefícios pós-emprego são reconhecidos na demonstração do resultado da seguinte forma:

- Custo do serviço corrente: aumento do compromisso do plano (obrigações atuariais) resultante do serviço prestado pelo empregado no período, ou seja, em função da "aquisição" do direito pelo tempo da prestação do serviço por mais um período.
- Custo de juros sobre a obrigação atuarial: definido como o aumento, durante o período, no valor presente das obrigações como resultado do transcurso do tempo.
- Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido: compreendem ganhos e perdas atuariais, retorno sobre os ativos do plano excluindo valores considerados nos juros líquidos do benefício definido e qualquer mudança no efeito do teto de ativo excluindo os valores considerados nos juros líquidos de benefício definido.

3.14 Demais ativos e passivos

Demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo, quando for aplicável: (i) os rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia e (ii) os efeitos dos ajustes para reduzir o custo de ativos ou seu valor de mercado ou de realização.

4. SEGREGAÇÃO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Em atendimento ao parágrafo único do art. 23 da Resolução BACEN nº 02/2020, apresentamos, para os itens patrimoniais, a segregação circulante e não circulante.

Item patrimonial - ATIVO	2022		2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Disponibilidades	108.573	-	7.004	-
Títulos e valores mobiliários	3.141.159	26.120	2.840.066	29.951
Operações de crédito	2.687.358	12.777.321	2.579.081	11.330.378
Outros instrumentos financeiros	45.909	156.986	30.191	175.938
(-) Provisão perdas esperadas assoc. risco de crédito	(71.378)	(239.175)	(75.410)	(270.643)
Rendas a receber	14.843	-	11.995	-
Devedores por depósitos em garantia	-	64.221	-	89.604
Outros créditos	34.189	-	14.679	-
Ativos não financeiros mantidos para venda	17.715	23.271	-	34.125
(-) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros mantidos para venda	(1.015)	(684)	-	(498)
Créditos tributários	-	258.416	-	283.447
Investimentos	-	602	-	602
Imobilizado	-	40.304	-	40.776
Intangível	-	14.418	-	17.180

Item patrimonial - PASSIVO	2022		2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Depósitos a prazo	11.832	-	-	30.976
Repasses do país	2.221.964	10.294.739	2.695.988	8.912.213
Empréstimos e repasses do exterior	140.734	1.227.320	87.275	849.565
Instrumentos financeiros derivativos	2.447	4.036	-	2.517
Fundos financeiros e de desenvolvimento	605.074	-	491.704	-
Impostos e contribuições sobre o lucro	239.621	-	172.948	-
Outros impostos e contribuições	16.230	-	14.810	-
Outras obrigações	61.986	-	18.283	21.746
Provisão para contingências	-	92.185	-	98.388
Provisão para garantias financeiras prestadas	-	4.638	-	13.574
Provisão para pagamentos a efetuar	30.471	-	21.635	7.313
Passivo atuarial	-	258.802	-	237.300
Obrigações fiscais diferidas	-	48.769	-	61.460

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2021
Disponibilidades	108.573	7.004
Cotas de fundos de investimentos (nota 6)	965.762	760.522
Total	1.074.335	767.526

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	2022	2021
Carteira própria – nota 6.1	1.757.809	1.890.560
Cotas de fundos de investimentos (nota 5)	965.762	760.522
Cotas de fundos de investimentos – recursos do FSA	443.708	218.935
Total	3.167.279	2.870.017

6.1 Carteira própria

Apresenta a seguinte composição, sendo que as cotas de fundos de investimentos são classificadas como disponível para venda e não possuem vencimento enquanto as ações de companhias abertas são classificadas como para negociação.

	2022	2021
Cotas de fundos de investimento – fundo exclusivo BB (a)	1.312.697	1.587.345
Cotas de fundos de investimento – fundo CEF	408.621	283.711
Cotas de fundos de investimento – outros fundos	6.244	79
Cotas de fundos em participações (b)	27.276	14.345
Ações de companhias abertas (c)	2.971	5.080
Total	1.757.809	1.890.560

a) Fundo exclusivo de títulos com perfil de renda fixa, administrado pela BB Administração de Ativos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com base em parâmetros estabelecidos pelo BRDE, onde a meta é obter uma rentabilidade superior a 101% da taxa DI para 86% da carteira e superior a IPCA + 5% para os 14% restantes. Deste montante, R\$ 11.208 (2021 – R\$ 10.526) está caucionado a processos judiciais. Avaliados a valor de mercado, a composição do fundo é a seguinte:

	2022	2021
Letras financeiras do tesouro nacional	710.018	866.138
Notas do tesouro nacional-B	301.267	349.827
Letras tesouro nacional	237.916	106.896
Letras financeiras bancos	63.496	264.484
Total do fundo de investimento	1.312.697	1.587.345

b) Representam cotas de fundos em participações ou garantidores, que são administrados por instituições privadas, sendo suas cotas atualizadas pelos valores divulgados pelos respectivos administradores na data do balanço, apresentando em 31 de dezembro a seguinte situação:

	Capital (Cotas)		Saldo Contábil
	Subscrito	Integralizado	Atualizado
Fundo Garantidor de Investimentos – FGI	1.900	1.900	2.798
Fundo Criatec III	12.000	10.999	11.940
FIP Anjo Capital Semente	15.000	7.119	6.768
TM3 Capital VC4 FIP Multiestratégia	10.000	3.749	5.770
Total	38.900	23.767	27.276

c) Os efeitos decorrentes da avaliação da carteira de ações, adquirida ao custo de R\$ 6.068, foram levados à conta específica do patrimônio líquido, deduzidos os efeitos tributários.

O BRDE não possui títulos e valores mobiliários classificados na categoria de mantidos até o vencimento, bem como não foram realizadas reclassificações ou alterações de classificações entre categorias, por parte da Administração

6.2 Instrumentos derivativos

O BRDE participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap*, registrados em contas patrimoniais e de compensação, tendo por objetivo mitigar os riscos decorrentes das variações cambiais da operação de captação externa (objeto de *hedge*) efetuada pelo BRDE junto às instituições financeiras internacionais.

O vencimento do instrumento derivativo usado nessa modalidade possui mesmo vencimento da operação captada, sendo ambos ajustados ao valor de mercado que é apurado por metodologia interna devidamente documentada e aprovada pela administração.

Para isso o BRDE estabeleceu a contabilidade de *hedge* ou *hedge accounting*, na categoria de risco de mercado e, conforme determina a Circular BACEN n.º 3.082/02, as variações e ajustes decorrentes da valorização destes instrumentos e objetos de *hedge* são registrados em conta de resultado.

A tabela a seguir apresenta os valores lançados em contas patrimoniais e de compensação:

Swap - ativo	2022		
	Valor referencial (conta compensação)	Valor a (pagar)/receber (conta patrimonial)	Efeito líquido (conta de resultado)
(EUR+Euribor+tx) x (R\$+CDI+tx)	44.632	(6.483)	(10.596)

A tabela abaixo apresenta o valor da curva e de mercado do objeto e instrumento de hedge:

	2022			2021
	Valor da curva	Ajuste de mercado	Valor de mercado	Valor de mercado
Objeto	25.715	(1.281)	24.434	39.565
Instrumento	5.243	1.240	6.483	2.517

O vencimento do objeto e do instrumento de hedge estão a seguir demonstrados:

	2022				2021
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Após 12 meses	Total	Total
Objeto	2.232	6.990	15.212	24.434	39.565
Instrumento	592	1.855	4.036	6.483	2.517

O BRDE realiza testes de efetividade no início da operação, teste prospectivo inicial da estrutura de hedge, avalia periodicamente a efetividade por ocasião dos encerramentos contábeis na periodicidade mensal e em virtude da elaboração das demonstrações financeiras. A metodologia adotada para os testes de efetividade se baseia no quociente entre o ajuste a valor de mercado do instrumento de hedge e o ajuste a valor de mercado do objeto de hedge, o que permite ao BRDE avaliar a variação de mercado líquida das apropriações (*accruals*) da curva. Assim, em atendimento ao exigido pelo Banco Central do Brasil, no que tange aos resultados e métodos adotados.

A posição das captações externas protegidas por derivativos:

Instituição	Valor Captado ⁽¹⁾	Data inicial	Data final	Indexador
BEI	€\$ 6.707	25/02/2021	10/09/2025	EUR + 0,65% a.a.

(1) valores expressos em milhares na moeda captada

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

7.1 Composição por tipo de operação e nível de risco

Nível de risco	Empréstimos	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total	
				2022	2021
AA	165.638	2.501.493	4.065.414	6.732.545	5.900.558
A	384.602	3.137.203	2.984.522	6.506.327	5.898.863
B	119.125	958.041	263.479	1.340.645	1.237.278
C	56.684	335.997	74.085	466.766	438.454
D	5.802	129.580	17.725	153.107	154.806
E	4.942	43.354	5.866	54.162	15.827
F	1.935	19.644	2.474	24.053	9.841
G	2.256	14.359	2.090	18.705	36.061
H	47.854	96.241	24.274	168.369	217.771
Total – 2022	788.838	7.235.912	7.439.929	15.464.679	-
Total - 2021	761.449	6.091.140	7.056.870	-	13.909.459

7.2 Composição por faixa de vencimento das operações

Operações em curso normal											
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2022	2021
Parcelas Vincendas	6.728.834	6.481.559	1.280.646	408.431	111.294	20.799	7.433	15.660	139.359	15.194.015	13.734.678
Até 3 meses	334.370	284.604	51.860	22.148	3.930	1.077	407	1.024	3.750	703.170	623.834
De 3 a 12 meses	859.026	801.622	151.414	55.368	12.437	2.879	1.698	2.161	23.307	1.909.912	1.902.747
De 1 a 3 anos	1.946.901	1.903.854	345.909	117.528	32.643	7.441	3.125	3.954	27.306	4.388.661	4.118.191
De 3 a 5 anos	1.437.932	1.324.043	237.946	87.967	23.833	5.843	1.455	2.973	20.480	3.142.472	2.921.122
Acima de 5 anos	2.150.605	2.167.436	493.517	125.420	38.451	3.559	748	5.548	64.516	5.049.800	4.168.784
Operações em curso anormal – com atraso superior a 14 dias											
Parcelas Vencidas	74	755	3.582	4.974	2.509	2.249	3.394	515	7.542	25.594	22.038
Parcelas Vincendas	3.637	24.013	56.417	53.361	39.304	31.114	13.226	2.530	21.468	245.070	152.743
Até 3 meses	185	615	2.044	3.347	1.908	937	728	217	1.664	11.645	6.885
De 3 a 12 meses	507	2.038	6.839	9.902	6.228	3.627	2.210	716	4.970	37.037	23.576
De 1 a 3 anos	1.353	6.170	16.469	24.636	13.678	9.930	4.705	1.567	10.033	88.541	51.848
De 3 a 5 anos	710	5.314	8.555	12.396	10.710	6.888	3.243	30	3.074	50.920	30.985
Acima de 5 anos	882	9.876	22.510	3.080	6.780	9.732	2.340	-	1.727	56.927	39.449
Total da carteira - 2022	6.732.545	6.506.327	1.340.645	466.766	153.107	54.162	24.053	18.705	168.369	15.464.679	-
Carteira normal – 2021	5.893.595	5.892.161	1.216.585	369.801	147.675	9.069	6.013	32.340	167.439	-	13.734.678
Carteira anormal -2021	6.963	6.702	20.693	68.653	7.131	6.758	3.828	3.721	50.332	-	174.781
Total da carteira – 2021	5.900.558	5.898.863	1.237.278	438.454	154.806	15.827	9.841	36.061	217.771	-	13.909.459

7.3 Distribuição por setor de atividade

	2022	%	2021	%
Setor Público	787.818	5,09%	569.987	4,10%
Setor Privado	14.676.861	94,91%	13.339.472	95,90%
Agropecuária	3.926.425	25,39%	3.677.988	26,44%
Indústria	3.679.532	23,80%	3.138.492	22,56%
Infraestrutura	3.113.431	20,13%	2.870.957	20,64%
Comércio	2.431.699	15,72%	2.348.696	16,89%
Turismo	334.819	2,17%	333.718	2,40%
Saúde	199.411	1,29%	171.263	1,23%
Intermediação financeira	186.667	1,21%	201.333	1,45%
Alimentação	108.431	0,70%	90.868	0,65%
Educação	85.169	0,55%	93.047	0,67%
Esportes, recreação e lazer	129.934	0,84%	39.613	0,28%
Serviços	481.343	3,11%	373.497	2,69%
Total da carteira	15.464.679		13.909.459	

7.4 Concentração por cliente

	2022	%	2021	%
Maior cliente	230.804	1,49%	222.848	1,60%
10 seguintes maiores clientes	1.573.371	10,17%	1.488.578	10,70%
20 seguintes maiores clientes	1.774.370	11,47%	1.479.848	10,64%
50 seguintes maiores clientes	2.216.894	14,34%	1.827.092	13,14%
100 seguintes maiores clientes	2.126.574	13,75%	1.913.090	13,75%
Demais clientes	7.542.666	48,78%	6.978.003	50,17%
Total da carteira	15.464.679		13.909.459	

7.5 Receita com operações de crédito e repasses interfinanceiros

	2º semestre		Exercício	
	2022	2021	2022	2021
Empréstimos	58.420	27.820	111.696	43.776
Financiamentos	428.626	332.835	762.105	562.245
Financiamento rurais	249.314	218.978	481.305	450.174
Financiamentos agroindustriais	32.373	24.654	55.960	35.776
Repasses interfinanceiros	11.533	1.468	22.154	1.468
Recuperação créditos baixados como prejuízo	73.643	55.683	136.021	147.394
Outros	1.696	357	1.967	601
Total	855.605	661.795	1.571.208	1.241.434

8. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	2022	2021
Repasses interfinanceiros	123.821	132.221
Avais e fianças honrados	13.739	5.791
Devedores por compra de bens e valores	65.335	68.117
Total da carteira	202.895	206.129

9. PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

9.1 Composição da provisão

Nível de Risco	Provisão para perdas esperadas sobre:				Provisão total	
	Operações Crédito		Repasse	Outros	2022	2021
	Regulamentar	Adicional	Interfinanceiros	Créditos ¹		
A	32.532	-	584	84	33.200	30.146
B	13.406	-	-	2	13.408	12.373
C	14.003	-	-	-	14.003	13.154
D	15.311	7.655	-	1.222	24.188	23.231
E	16.248	5.416	-	2.262	23.926	8.648
F	12.026	3.608	-	56	15.690	6.396
G	13.093	4.676	-	-	17.769	34.334
H	168.369	-	-	-	168.369	217.771
Total - 2022	284.988	21.355	584	3.626	310.553	-
Total - 2021	323.183	19.814	613	2.443	-	346.053

(1) Créditos com características de concessão de crédito: avais e fianças honrados e devedores por compra de bens e valores

A provisão adicional corresponde ao valor excedente ao mínimo requerido pela Resolução CMN nº. 2.682/99 é constituída dentro de critérios prudenciais estabelecidos pela Administração, em conformidade com a boa prática bancária, no sentido de permitir a absorção de perdas oriundas de circunstanciais aumentos de inadimplência por eventual reversão/mudança do ciclo econômico de setores em que o BRDE opera.

9.2 Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2022	2021
Saldo inicial do exercício	346.053	358.077
Constituição de provisão por alteração do nível de risco	99.331	23.714
Constituição de provisão por recuperação de crédito	38.671	98.108
Reversão de provisão por alteração do nível de risco	(121.921)	(88.183)
Transferência para compensação	(51.581)	(45.663)
Saldo final do exercício	310.553	346.053

9.3 Renegociação e recuperação de créditos

	2022	2021
Montante renegociado no período	202.131	287.635
Montante recuperado:	136.021	147.394
- Por renegociação	38.671	49.286
- Por recebimento	97.350	98.108

10. OUTROS CRÉDITOS

	2022	2021
Adiantamentos e antecipações salariais	2.135	1.965
Pagamentos a ressarcir	10.769	496
Pendências a regularizar	162	278
Despesas pagas antecipadamente	11.803	418
Créditos específicos	8.678	11.522
Outros	642	-
Total	34.189	14.679

O saldo de créditos específicos refere-se à remuneração das operações do programa PESA devida pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

11. IMOBILIZADO e INTANGÍVEL

	Imobilizado					Intangível
	Imóveis	Móveis e Equipamentos	Veículos	Outros	Total	Softwares
Saldo em 31/12 2021	33.519	6.195	929	133	40.776	17.180
Aquisições	37	2.405	284	48	2.774	3.587
Baixas	(12)	(491)	-	(23)	(526)	(146)
Depreciação/Amortização	(711)	(1.601)	(374)	(34)	(2.720)	(6.203)
Saldo em 31/12/2022	32.833	6.508	839	124	40.304	14.418
Custo aquisição acumulado	44.212	24.332	1.762	2.380	72.686	50.186
Depreciação/Amort. acumulada	(11.379)	(17.824)	(923)	(2.256)	(32.382)	(35.768)

12. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

12.1 Obrigações por empréstimos e repasses

Os empréstimos do exterior representam recursos que o BRDE buscou com instituições internacionais com a prioridade de serem utilizados em financiamentos, porém sem a vinculação de mesmo prazo.

As obrigações de repasses do país correspondem a recursos originários de programas oficiais e os repasses do exterior a recursos originários de instituições internacionais, os quais são repassados a mutuários finais. As obrigações por repasses têm vencimentos até o ano 2047, estando sujeitas, na

sua maior parte, a encargos financeiros prefixados, sendo repassados aos clientes nos mesmos prazos e taxas, acrescidos de "del credere".

	2022				2021
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
Do país	2.221.964	6.382.460	3.912.279	12.516.703	11.608.201
BNDES	1.660.586	4.730.416	2.955.742	9.346.744	9.079.485
FINAME	289.927	876.891	434.097	1.600.915	1.190.892
FINEP	74.208	223.896	35.791	333.895	339.025
BB	42.099	139.236	96.522	277.857	213.910
CEF	38.608	142.113	270.997	451.718	396.623
FUNGETUR	108.510	266.342	119.105	493.957	382.851
Outros	8.026	3.566	25	11.617	5.415
Do exterior	140.734	599.497	627.823	1.368.054	936.840
AFD	31.197	260.223	524.343	815.763	491.184
CAF	102.983	285.600	38.003	426.586	356.701
BEI	6.554	53.674	65.477	125.705	88.955
Total – 2022	2.362.698	6.981.957	4.540.102	13.884.757	-
Total – 2021	2.783.264	6.132.768	3.629.009	-	12.545.041

Sobre as operações com o mercado exterior:

AFD – operações de repasse onde os efeitos da variação cambial são repassados ao cliente final;

CAF – as tranches desse contrato são liberadas conforme a necessidade do BRDE, sendo que as mesmas são repassadas em moeda corrente nacional;

BEI – o BRDE possui uma operação de empréstimo, para a qual contratou *swap* (nota 6.2). As demais operações são de repasses onde os efeitos da variação cambial são repassados ao cliente final.

12.2 Despesa com empréstimos e repasses

	2º semestre		Exercício	
	2022	2021	2022	2021
Despesa com repasses do BNDES	260.704	242.055	542.215	471.309
Despesa com repasses da FINAME	55.603	24.962	98.169	48.706
Despesa com repasses da FINEP	8.227	5.305	15.551	9.324
Despesa com repasses do BB	7.690	2.555	15.108	6.069
Despesa com repasses da CEF	18.378	14.874	33.571	25.629
Despesa com repasses de outras instituições do país	18.788	15.273	42.904	25.473
Despesa com repasses do exterior	53.190	46.282	551	6.177
Total	422.580	351.306	748.069	592.687

13. FUNDOS FINANCEIROS E DE DESENVOLVIMENTO

	2022	2021
Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) ⁽¹⁾	443.630	218.935
Ministério do Turismo – FUNGETUR ⁽²⁾	139.334	272.769
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – FUNCAFÉ ⁽²⁾	22.110	-
Total	605.074	491.704

(1) São recursos, geridos pelo BRDE, destinados a toda cadeia produtiva da atividade audiovisual do Brasil.

(2) Corresponde a recursos disponibilizados pelos Ministérios competentes, destinados a operações de financiamento relacionados com a atividade fim

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2022	2021
Participação nos lucros e resultados	11.519	11.317
Honras de fundos garantidores	19.278	18.283
Fornecedores de bens e serviços	13.021	2.938
Valores de mutuários a regularizar ⁽¹⁾	15.002	5.894
Pendências a regularizar	151	89
Outras	3.015	1.508
Total	61.986	40.029

(1) os valores aqui classificados referem-se, principalmente, a valores recebidos em adiantamento de renegociações de crédito, pendentes de formalização, e de substituição de garantias contratadas.

15. PROVISÃO PARA GARANTIAS FINANCEIRAS PRESTADAS

A provisão para as operações de garantias financeiras prestadas pelo BRDE é calculada de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, onde o percentual da provisão é definido pelo nível de risco atribuído à operação, resultado de aplicação de metodologias desenvolvidas pela instituição que consideram as características dos clientes, das operações e as garantias oferecidas.

Em 31/12/2022, o montante garantido é R\$ 159.208 (2021 – R\$ 95.598) e o total de provisão atinge R\$ 4.638 (2021 – R\$ 13.574). Todas as operações de garantias financeiras prestadas possuem garantia real.

16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

O montante dos riscos para os quais o BRDE constitui provisão está assim composto:

	2021	Constituição	Atualização	Baixa por:		2022
				Reversão	Pagamento	
Previdenciárias	6.945	-	-	(6.945)	-	-
Trabalhistas	32.932	3.699	2.734	(2.493)	(3.947)	32.925
Cíveis	58.511	970	4.217	(630)	(3.808)	59.260
Total	98.388	4.669	6.951	(10.068)	(7.755)	92.185

De acordo com a nota 3.12, o montante de provisão trabalhista refere-se ao valor integral das ações classificadas como perda provável. Adicionalmente, existem ações consideradas como de perda possível pelos assessores jurídicos do Banco no montante de R\$ 113.080 (2021 - R\$ 101.589), que correspondem em grande parte a lides coletivas de equiparação entre os Planos de Cargos e Salários do BRDE.

As provisões cíveis são referentes aos seguintes fatos:

- a. R\$ 52.404 (2021 – R\$ 52.565) referem-se a honorários de sucumbência;
- b. R\$ 4.755 (2021 – R\$ 4.408) referem-se a processo movido por mutuário pleiteando indenização; e
- c. R\$ 2.101(2021 – R\$ 1.538) referem-se a embargos interpostos por mutuário contra execução de inadimplência.

Do total da provisão dos processos cíveis, está depositado judicialmente o montante de R\$ 57.909 (2021 – R\$ 57.370).

Adicionalmente há outras ações cíveis classificadas como perda possível que montam R\$ 3.164 (2021 – R\$ 2.382).

Durante o exercício de 2017, o BRDE foi autuado pela RFB por excluir da base de cálculo do IRPJ e CSLL as variações monetárias ativas decorrentes de depósitos judiciais de natureza cível. O processo encontra-se em fase administrativa e de acordo com nossos consultores jurídicos, a probabilidade de perda é possível e seu valor é de R\$ 27.407 (2021 – R\$ 25.511).

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado, é composto de 1.971.507.000 ações ordinárias com valor nominal de R\$ 1,00 cada ação e está dividido em parcelas iguais entre os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Estas parcelas são integralizadas mediante incorporação de eventuais contribuições financeiras e dos resultados gerados em cada estado participante, que são apurados e controlados separadamente.

b. Aumento de capital

Houve dois aumentos de capital nos valores de R\$ 107.859 e R\$ 128.724, oriundos da capitalização dos resultados do 2º semestre de 2021 e 1º semestre de 2022, respectivamente, e de integralização de reservas.

c. Reserva de lucro

No primeiro semestre de 2021, patrimônio líquido do BRDE foi objeto de reclassificação contábil interna dos valores oriundos do fundo de reserva regimental, que passaram a fazer parte do grupo de reservas de lucro, tendo sido zerado o saldo do grupo de reserva de capital.

18. IMPOSTOS

Os tributos são calculados pelas alíquotas a seguir informadas considerando, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente para cada encargo.

Tributo	Alíquota
Imposto de renda	15,00%
Adicional de imposto de renda	10,00%
Contribuição social sobre o lucro líquido – de 03/2020 a 06/2021 e 01/2022 a 07/2022 ⁽¹⁾	20,00%
Contribuição social sobre o lucro líquido – de 07/2021 a 12/2021 ⁽²⁾	25,00%
Contribuição social sobre o lucro líquido – de 08/2022 a 12/2022 ⁽³⁾	21,00%
PIS	0,65%
COFINS	4,00%
ISS	até 5,00%

(1) de acordo com a Emenda Constitucional n.º 103, de 12/11/2019

(2) de acordo com a Lei 14.183/2021

(3) de acordo com a Lei 14.446/2022

18.1 Despesas tributárias

	2º semestre		Exercício	
	2022	2021	2022	2021
PIS	3.761	2.729	7.209	5.000
COFINS	23.145	16.795	44.361	30.772
ISS	1.116	1.110	2.089	2.129
Outros	1.595	991	3.013	1.813
Total	29.617	21.625	56.672	39.714

18.2 Despesas com impostos e contribuições

Demonstração do cálculo de IRPJ e CSLL no período:

	2º SEMESTRE - 2022		2º SEMESTRE - 2021		EXERCÍCIO - 2022		EXERCÍCIO - 2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado do exercício, antes da tributação	392.153	392.153	252.593	252.593	785.583	785.583	518.571	518.571
Adições e exclusões								
Provisão para passivos contingentes	2.641	2.641	(8.446)	(8.446)	(6.203)	(6.203)	(5.228)	(5.228)
Provisão para garantias financeiras prestadas	(4.438)	(4.438)	(3.804)	(3.804)	(8.936)	(8.936)	(2.474)	(2.474)
Provisão para operações de crédito	9.275	9.275	21.033	21.033	(36.683)	(36.683)	(13.320)	(13.320)
Créditos baixados como prejuízo	(41.105)	(41.105)	(14.366)	(14.366)	(64.770)	(64.770)	(37.248)	(37.248)
Provisão para outros créditos	554	554	1.367	1.367	1.183	1.183	1.296	1.296
Provisão para assistência médica	4.405	4.405	7.449	7.449	7.868	7.868	12.607	12.607
Ajuste a mercado - swap	(5.227)	(5.227)	(10.770)	(10.770)	(2.285)	(2.285)	2.246	2.246
Atualização de depósitos judiciais	(2.105)	(2.105)	1.837	1.837	12.830	12.830	2.043	2.043
Renegociações tributadas por caixa	1.745	1.745	5.590	5.590	8.646	8.646	938	938
Recuperações judiciais – deferimento	9	9	(1.875)	(1.875)	6.726	6.726	(1.774)	(1.774)
Outros, líquidos	5.249	4.688	(2.253)	(2.752)	6.188	5.240	(2.321)	(3.124)
Base de cálculo	363.155	362.594	248.355	247.856	710.145	709.197	475.336	474.533
Imposto calculado	(54.473)	(72.519)	(37.254)	(49.571)	(106.522)	(141.839)	(71.300)	(94.907)
Adicional de imposto	(36.587)	(3.267)	(24.824)	(12.483)	(71.295)	(3.267)	(47.510)	(12.483)
Incentivos fiscais	6.540	-	5.267	-	6.606	-	5.902	-
Total provisão do imposto	(84.520)	(75.786)	(56.811)	(62.054)	(171.211)	(145.106)	(112.908)	(107.390)
Crédito tributário (líquido de reversões)	(10.407)	(7.578)	(1.629)	(5.341)	(11.556)	(8.118)	(17.389)	(14.271)
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(94.928)	(83.364)	(58.440)	(67.395)	(182.767)	(153.224)	(130.297)	(121.661)

18.3 Imposto de renda e contribuição social diferidos
a) Movimentação dos créditos e débitos tributários diferidos

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	2021	Constituição	Reversão	2022
Reflexo no resultado	252.985	71.637	(104.002)	220.620
Créditos baixados para prejuízo - temporariamente indedutíveis	40.621	13.100	(27.828)	25.893
Provisão para perdas com operações de crédito	140.410	30.273	(46.185)	124.498
Provisão para garantias financeiras prestadas	6.108	1.807	(5.828)	2.087
Provisão para contingências	44.274	3.690	(6.481)	41.483
Provisão para perdas com outros créditos	1.097	6.221	(5.688)	1.630
Provisão sobre operações de repasses interfinanceiros	-	315	(52)	263
Provisão para desvalorização de outros bens e valores	224	541	-	765
Provisão para assistência média e PB II inativos - corrente	19.833	6.364	(2.656)	23.541
Provisão para participação nos lucros e resultados	-	9.284	(9.284)	-
Licença prêmio em aquisição	112	42	-	154
Insuficiência de depreciação	306	-	-	306
Reflexo no patrimônio líquido	30.462	8.677	(1.343)	37.796
Provisão para assistência média e PB II inativos - abrangente	29.039	7.540	(1.343)	35.236
Ajuste ao valor de mercado de TVM	444	949	-	1.393
Passivo atuarial PB II - abrangente	979	188	-	1.167
Total geral – créditos tributários	283.447	80.314	(105.345)	258.416
DÉBITOS TRIBUTÁRIOS	2021	Constituição	Reversão	2022
Renegociações REFIS/RECOOP	1.853	-	(1.853)	-
Atualização depósitos judiciais	25.214	1.746	(7.519)	19.441
Renegociações tributadas por caixa	30.052	2.251	(4.289)	28.014
Recuperação judicial – deferimento	4.341	2.298	(5.325)	1.314
Total geral – débitos tributários	61.460	6.295	(18.986)	48.769

b) Créditos tributários diferidos não reconhecidos

Os créditos e as obrigações foram classificados conforme previsão de realização, sendo que aqueles créditos tributários cuja expectativa de realização está prevista para um período superior a 10 anos, não reconhecidos no balanço de 31 de dezembro de 2022, totalizam R\$ 71.228 (2021 – R\$ 86.527).

c) Expectativa de realização dos créditos e débitos tributários

Ano de realização	Créditos tributários			Débitos tributários		
	Valor atual	Valor presente	%	Valor atual	Valor presente	%
2023	58.964	55.112	22,82%	5.433	5.078	11,14%
2024	72.446	63.289	28,03%	23.094	20.175	47,35%
2025	27.962	22.832	10,82%	2.829	2.310	5,80%
2026	24.265	18.519	9,39%	3.079	2.350	6,32%
2027	18.519	13.210	7,17%	2.576	1.838	5,28%
2028 a 2032	56.260	33.739	21,77%	7.601	4.640	15,59%
após 2032	-	-	-	4.157	1.977	8,52%
Total	258.416	206.701	100%	48.769	38.368	100%

19. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2º semestre		Exercício	
	2022	2021	2022	2021
Tarifa de análise	8.719	4.478	13.708	10.438
Tarifa de fiscalização e acompanhamento	5.852	5.043	11.649	8.829
Tarifa de cadastro	2.042	1.911	3.121	2.997
Tarifa sobre liquidação antecipada	1.175	568	1.540	3.022
Tarifa de alteração ou estruturação garantias	228	193	414	344
Tarifa de elaboração de parecer/laudo/estudo técnico	198	601	793	774
Tarifa de prestação de garantias financeiras	1.767	2.135	4.659	5.193
Remuneração administração do FSA	3.136	1.371	7.695	3.693
Outras tarifas	625	342	1.328	1.735
Total	23.742	16.642	44.907	37.025

20. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre		Exercício	
	2022	2021	2022	2021
Reversão da provisão sobre garantias prestadas	4.439	3.803	12.778	7.120
Reversão da provisão de processos trabalhistas	1.382	3.390	2.493	4.511
Reversão de provisão de processos cíveis	478	1.449	631	1.449
Reversão de outras provisões	-	204	6.945	4.552
Atualização de depósitos judiciais	2.312	1.126	4.581	2.108
Venda parcial da carteira baixada em prejuízo ⁽¹⁾	23.857	-	23.857	17.311
Outras ⁽²⁾	1.478	35.507	3.558	36.702
Total	33.946	45.479	54.843	73.753

(1) refere-se a cessão de créditos vencidos e integralmente baixados para prejuízo, sem coobrigação, oriundos de suas operações de créditos para compradores não caracterizados como partes relacionadas.

(2) Em 2021, R\$ 34.613 referem-se a estorno de juros (nota 24) da carteira FGPC – Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade, onde o principal reclassificado de obrigações para repasses para outras obrigações (nota 14), alterando-se a estimativa contábil da obrigação do BRDE junto ao Fundo.

21. DESPESAS COM PESSOAL

	2º semestre		Exercício	
	2022	2021	2022	2021
Remuneração	64.901	59.434	124.134	111.044
Encargos sociais	31.619	28.969	59.215	58.135
Benefícios	9.826	13.539	14.553	21.363
Honorários	3.425	3.330	6.573	6.123
Outras despesas	1.674	1.408	3.022	2.443
Total	111.445	106.680	207.497	199.108

22. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre		Exercício	
	2022	2021	2022	2021
Aluguel, condomínio, água e luz	1.690	1.802	3.601	3.526
Comunicações	765	633	1.446	1.318
Manutenção e conservação de bens	2.379	2.711	4.555	5.566
Processamento de dados	6.194	5.536	11.430	9.338
Promoções e relações públicas	2.234	1.994	2.965	2.287
Publicidade e propaganda	2.991	3.276	3.802	4.351
Serviços do sistema financeiro	1.090	663	1.755	1.192
Serviços de terceiros	1.531	882	2.581	2.029
Serviços técnicos especializados	2.611	1.529	4.787	2.848
Vigilância e segurança	612	547	1.131	1.024
Transportes	1.131	742	1.769	1.169
Viagem	1.287	465	2.344	528
Emolumentos judiciais e cartorários	648	1.007	1.475	1.466
Despesas estatutárias	2.361	2.322	4.712	4.727
Incentivos fiscais	6.495	4.633	6.580	4.633
Depreciação e amortização	4.575	3.887	9.038	7.336
Outras despesas administrativas	2.237	1.318	3.748	2.168
Total	40.831	33.947	67.719	55.506

23. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre		Exercício	
	2022	2021	2022	2021
Obrigações com fundos financeiros e de desenvolvimento	14.550	10.720	25.938	16.158
Fiança honrada para cliente em prejuízo	2.315	2.782	5.042	5.641
Juros e serviços sobre obrigações atuariais	10.089	7.943	22.671	17.476
Outras despesas	457	1.014	4.009	2.742
Total	27.411	22.459	57.660	42.017

24. RESULTADO NÃO RECORRENTE

De acordo com os parâmetros estabelecidos no parágrafo 4º do artigo 34 da Resolução BCB n.º 02/2020, o BRDE estabeleceu critérios daquilo que considera não recorrente e apresenta o seu resultado na tabela a seguir:

	2022	2021
Resultado de atividades recorrentes	428.744	227.171
Majoração da alíquota da CSLL para instituições financeiras	(3.010)	(12.483)
Venda de carteira baixada em prejuízo (nota 20)	23.857	17.311
Estorno dos juros da carteira FGPC (nota 20)	-	34.613
Resultado de atividades não recorrentes	20.847	39.441
Resultado líquido	449.591	266.612

25. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

O Banco oferece planos de benefícios de previdência e programa de assistência à saúde que são classificados como planos de benefícios pós-emprego, conforme Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Deliberação CVM nº 695/2012.

A contabilização dos passivos/ativos pós-emprego e respectivas despesas/receitas relativas aos planos de benefícios pós-emprego é realizada de acordo com o citado Pronunciamento Técnico e com laudo preparado por atuários independentes na data base de 31 de dezembro de 2022.

25.1 Característica dos planos de benefícios

25.1.1 – Planos de benefícios de previdência

O BRDE é patrocinador da Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, criada com o objetivo de oferecer aos empregados de seus patrocinadores, o BRDE e a própria Fundação, benefícios suplementares àqueles da Previdência Oficial, em especial suplementação de aposentadoria e pensão. O Banco tem participação na governança do ISBRE por meio de indicação de membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal da Fundação.

O ISBRE opera dentro da estrutura regulatória do sistema de previdência complementar fechada, tendo por órgão regulador o Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e fiscalizador a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, considerando as normas emitidas por esses órgãos, bem como o disposto na Lei Complementar nº 108/2001 e na Lei Complementar nº 109/2001 e as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN para aplicação dos recursos garantidores dos planos. O ISBRE realiza a gestão de dois planos de benefícios de previdência, ambos patrocinados pelo BRDE:

➤ Plano de Benefícios I (PB I): estruturado na modalidade de Benefício Definido, em que o nível dos benefícios concedidos pelo Plano é determinado previamente e em função do salário do participante na fase de atividade, encontra-se fechado para novas adesões. A maior parte do grupo de participantes se encontra na fase de inatividade, sendo que, os participantes ainda em atividade já preencheram, em sua maioria, os requisitos necessários para elegibilidade ao início de aposentadoria pelo Plano.

O PB I expõe o Banco a riscos relacionados à longevidade, em decorrência do pagamento de benefícios vitalícios, e de taxa de juros. O PB I se encontra em situação superavitária, apurada conforme regras locais emitidas pelo CNPC e pela PREVIC, sendo os recursos superavitários alocados integralmente em Reserva de Contingência, para garantia dos benefícios. Portanto, conclui-se que não há, no momento, benefícios econômicos disponíveis para o Banco, conforme definição do CPC 33 (R1), resultando na adoção de um Teto do Ativo de R\$ 0 (zero reais).

Em 31/12/2022, o Banco figura como patrocinador de 53 participantes ativos (31/12/2021 - 58), 385 aposentados (31/12/2021 - 386) e 98 pensionistas (31/12/2021 - 95).

➤ Plano de Benefícios II (PB II): implementado no primeiro semestre de 2002, estruturado na modalidade de Contribuição Variável, no qual os benefícios programados de renda vitalícia são determinados na data da concessão do benefício a partir do montante capitalizado das contribuições do BRDE e dos participantes em saldos de conta individuais. A maior parte do grupo de participantes se encontra na fase de atividade.

O PB II expõe o Banco a riscos relacionados à longevidade, em decorrência do pagamento de benefícios vitalícios, e de taxa de juros, ainda que em menor grau do que o PB I, em decorrência da sua estrutura na modalidade de Contribuição Variável, em que durante o período de atividade as contribuições são alocadas em contas individuais e há apenas riscos decorrentes da probabilidade de falecimento ou invalidez dos participantes.

Em 31/12/2022, o Banco figura como patrocinador de 351 participantes ativos (31/12/2021 - 349), 6 aposentados (31/12/2021 - 5) e 17 pensionistas (31/12/2021 - 16).

Devido às disposições contidas no parágrafo 3º do art. 202 da Constituição Federal, o BRDE encontra-se limitado a realizar contribuições ao ISBRE de, no máximo, mesmo valor das contribuições efetuadas pelos participantes. No PB I, as contribuições efetuadas pelo BRDE são paritárias às realizadas pelos seus colaboradores, mesmo inativos. No PB II, as contribuições efetuadas pelo BRDE são paritárias às realizadas pelos seus colaboradores até um nível pré-determinado, observado o Regulamento e o plano de custeio anual. Não é prevista contribuição normal para os assistidos do Plano de Benefícios II.

Como parte da gestão dos planos de benefícios de previdência, o ISBRE implementa estratégias de confrontação de ativos/passivos por meio da realização anual de estudos de *Asset and Liability Management* – ALM, bem como procede estudos de aderência periódicos das tábuas atuariais utilizadas nas projeções de fluxos de caixa com pagamento futuro de benefícios.

25.1.2 – Programa de assistência à saúde - PAS

O BRDE oferece aos seus funcionários aposentados, integrantes do Regulamento de Pessoal I, assim como a seus respectivos dependentes, a exemplo dos funcionários ativos, Programa de Assistência à Saúde (PAS) com ressarcimento parcial de despesas médicas. O PAS é operacionalizado por meio de seguro saúde administrado pela operadora Unimed Seguro Saúde S/A, na modalidade Ambulatorial e Hospitalar, com abrangência nacional. São também beneficiários do PAS os ex-funcionários que recebem complementação de aposentadoria pelo PB I do ISBRE, e seus respectivos dependentes, bem como os dependentes de funcionários falecidos, tendo por reflexo a necessidade

de reconhecimento de passivo pós-emprego pelo BRDE, registrado na rubrica "Outras Obrigações – Diversas".

O PAS é estruturado na modalidade de pós-pagamento, oferecendo cobertura vitalícia de assistência à saúde para os segurados, que também sejam assistidos do ISBRE, e seus dependentes. Portanto, o Programa expõe o Banco a riscos relacionados à longevidade, em decorrência da cobertura vitalícia, de taxa de juros e de elevação dos custos médicos.

Em 31/12/2022, o total de beneficiários com cobertura de pós-emprego é de 839 (31/12/2021 - 846).

25.2 Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido

25.2.1 – Passivo (ativo) de benefício definido

	PB I		PB II		PAS	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Valor presente das obrigações atuariais	863.959	891.868	27.519	24.328	258.695	236.420
Valor justo dos ativos do plano	(1.096.242)	(1.062.637)	(27.412)	(23.448)	-	-
Déficit (superávit) apurado	(232.283)	(170.769)	107	880	258.695	236.420
Efeito no teto do ativo	232.283	170.769	-	-	-	-
Passivo (ativo) atuarial líquido	-	-	107	880	258.695	236.420

25.2.2 – Conciliação do valor presente das obrigações atuariais

	PB I		PB II		PAS	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Obrigações atuariais no início do período	891.868	1.026.131	24.328	27.371	236.420	257.398
Custo do serviço corrente líquido	53	123	946	1.152	383	805
Contribuições de participantes realizadas no período	866	892	-	-	-	-
Despesa de juros	93.275	65.766	2.806	1.949	25.393	18.260
Benefícios pagos no período	(74.023)	(67.683)	(1.451)	(737)	(18.179)	(6.458)
(Ganhos)/perdas – mudanças nas premissas demográficas	9.191	(4.974)	(740)	(406)	6.393	-
(Ganhos)/perdas – mudanças nas premissas financeiras	(60.596)	(180.917)	(2.579)	(7.098)	(334)	(33.960)
(Ganhos)/perdas – ajustes pela experiência	3.325	52.530	4.209	2.097	8.619	375
Passivo (ativo) atuarial líquido	863.959	891.868	27.519	24.328	258.695	236.420

25.2.3 – Conciliação do valor justo dos ativos

	PB I		PB II	
	2022	2021	2022	2021
Valor justo dos ativos no início do período	(1.062.637)	(1.143.214)	(23.448)	(21.422)
Benefícios pagos no período	74.023	67.683	1.451	737
Contribuições de participante realizadas no período	(866)	(892)	-	-

Contribuições do empregador realizadas no período	(9.322)	(8.497)	(2.123)	(1.690)
Receita de juros	(114.729)	(73.622)	(2.819)	(1.572)
Retorno sobre ativos abaixo (acima) da receita de juros	17.289	95.905	(473)	499
Passivo (ativo) atuarial líquido	(1.096.242)	(1.062.637)	(27.412)	(23.448)

25.2.4 – Conciliação do efeito do teto de ativo (*asset ceiling*)

	PB I		PB II	
	2022	2021	2022	2021
Efeito do teto de ativo no início do período	170.769	105.840	-	-
Despesa de juros	21.004	7.013	-	-
Mudanças no efeito do teto do ativo	40.510	57.916	-	-
Efeito no teto de ativo no fim do período	232.283	170.769	-	-

25.3 Reconhecimento dos custos de benefício definido

Conforme item 120 do CPC 33(R1), o BRDE deve reconhecer o custo do serviço e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) atuarial no resultado e as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) em outros resultados abrangentes.

A tabela a seguir apresenta o reconhecimento dos componentes de custo de benefício definido em resultado e em outros resultados abrangentes, bem como a reconciliação do passivo (ativo) atuarial líquido.

	PB I		PB II		PAS	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Passivo (ativo) atuarial líquido no início do período	-	(11.244)	880	5.950	236.420	257.398
Custo do serviço corrente líquido	53	123	946	1.152	383	805
Despesa de juros – valor presente das obrigações atuariais	93.275	65.766	2.806	1.949	25.393	18.260
Despesa de juros – efeito do teto de ativo	21.004	7.013	-	-	-	-
Receita de juros – valor justo dos ativos	(114.729)	(73.622)	(2.819)	(1.572)	-	-
Despesa (receita) reconhecida no resultado	(397)	(720)	933	1.529	25.776	19.065
(Ganhos)/perdas no valor presente das obrigações atuariais	(48.080)	(133.360)	890	(5.408)	14.678	(33.585)
Mudanças no efeito do teto do ativo	40.510	57.916	-	-	-	-
Retorno sobre os ativos abaixo (acima) da receita de juros	17.289	95.905	(473)	499	-	-
Remensurações em outros resultados abrangentes	9.719	20.461	417	(4.909)	14.678	(33.585)
Contribuições do banco no período	(9.322)	(8.497)	(2.123)	(1.690)	(18.179)	(6.458)
Passivo (ativo) atuarial líquido no fim do período	-	-	107	880	258.695	236.420

25.4 Composição do valor justo dos ativos

Os planos PB I e PB II mantêm ativos que são utilizados para cobertura total ou parcial das obrigações atuariais. O quadro abaixo apresenta a composição da carteira de investimentos dos planos em classes conforme a natureza e risco desses ativos.

	Plano de Benefícios I		Plano de Benefícios II	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e equivalente	0,00%	0,00%	0,03%	0,01%
Renda fixa	80,70%	79,69%	71,72%	73,40%
Renda variável	3,97%	4,17%	8,37%	9,58%
Imobiliário	0,66%	0,60%	0,14%	0,14%
Estruturado	8,78%	11,02%	14,14%	10,42%
Carteira de empréstimos	0,41%	0,43%	1,70%	1,55%
Outros	5,48%	4,09%	3,90%	4,90%

25.5 Premissas atuariais

A apuração da obrigação do Banco com os planos de benefícios pós-emprego requer a adoção de estimativas e premissas atuariais e financeiras de longo prazo, bem como a aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Portanto, a utilização de estimativas e premissas pode resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, ocasionando impactos, negativos ou positivos, às operações do Banco.

As taxas de desconto, em termos reais, foram apuradas considerando a interpolação das taxas de referência do índice IMA-B, divulgado pela ANBIMA, conforme a *duration* de cada plano de benefícios pós-emprego: 8,36 anos para o PB I, 15,19 anos para o PB II e 13,11 anos para o PAS.

O quadro a seguir apresenta as premissas atuariais utilizadas para determinar o valor presente da obrigação atuarial.

	PB I		PB II		PAS	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Taxa de desconto atuarial (real)	6,09%	5,25%	6,19%	5,43%	6,21%	5,43%
Retorno real esperado sobre os ativos	6,09%	5,25%	6,19%	5,43%	6,21%	5,43%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	3,70%	3,70%	3,70%	3,70%	N/A	N/A
HCCTR ("inflação médica")	N/A	N/A	N/A	N/A	4,10%	4,10%
Fator de capacidade sobre os benefícios	98,20%	98,20%	98,20%	98,20%	98,20%	98,20%
Fator de capacidade sobre os salários	98,20%	98,20%	98,20%	98,20%	98,20%	98,20%
Inflação esperada	5,31%	5,03%	5,31%	5,03%	5,31%	5,03%
Taxa de desconto nominal	11,72%	10,54%	11,83%	10,73%	11,85%	10,73%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	11,72%	10,54%	11,83%	10,73%	11,85%	10,73%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	9,21%	8,92%	9,21%	8,92%	N/A	N/A
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	5,31%	5,03%	5,31%	5,03%	5,31%	5,03%
Mortalidade geral	2022 – AT 2012 segregada por sexo		2021 - AT 2000 (suavizada em 10%), segregada por sexo			
Mortalidade dos inválidos	MI 85, segregada por sexo					
Entrada de invalidez	Álvaro Vindas					
Taxa anual de rotatividade	Nula					
Entrada na aposentadoria	100% na elegibilidade		100% na elegibilidade ao benefício programado		60 anos	
Composição familiar	Família média. Para pensionistas, família efetiva, conforme cadastro		Família média. Para pensionistas, família efetiva, conforme cadastro		Família efetiva (conforme informações cadastrais)	
Aging fator	N/A	N/A	N/A	N/A	Até 24 anos: 1,5% De 25 a 54 anos: 2,5% De 55 a 79 anos: 4,5% 80 anos ou mais: 2,5%	
Take up	N/A	N/A	N/A	N/A	100%	100%
Taxa de desistência após concessão do benefício	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

25.5.1 – Análise de sensibilidade das premissas atuariais

A tabela abaixo apresenta análise de sensibilidade das premissas atuariais significativas, em relação ao efeito no valor presente da obrigação atuarial no caso de alteração de premissa, considerando variações razoavelmente possíveis na data da avaliação atuarial.

Premissa	Análise de Sensibilidade	Impacto R\$ mil			Impacto %		
		PB I	PB II	PAS	PB I	PB II	PAS
Taxa de desconto	aumento de 0,5 p.p	(32.558)	(1.848)	(14.939)	(3,77%)	(6,72%)	(5,77%)
	redução de 0,5 p.p	34.920	2.064	16.669	4,04%	7,50%	6,44%
Expectativa de vida	aumento de 1 ano	20.014	(141)	12.231	2,32%	(0,51%)	4,73%
	redução de 1 ano	(16.220)	165	(12.101)	(1,88%)	0,60%	(4,68%)
HCCTR	aumento de 0,5 p.p	-	-	16.940	-	-	6,55%
	redução de 0,5 p.p	-	-	(15.295)	-	-	(5,91%)

25.6 Fluxos de caixa futuros

25.6.1 – Fluxo de caixa ocorrido no período e esperado para o próximo período

	PB I		PB II		PAS	
	Ocorrido	Esperado	Ocorrido	Esperado	Ocorrido	Esperado
	em 2022	em 2023	em 2022	em 2023	em 2022	em 2023
Contribuições do empregado	9.322	8.722	2.123	1.908	18.179	17.750
Contribuições do participante	866	40	-	-	-	-
Benefícios pagos pelo plano	74.023	78.584	1.451	1.438	18.179	17.750
Benefícios pagos diretamente pelo banco	-	-	-	-	-	-

25.6.2 – Perfil de vencimento da obrigação atuarial

Os montantes apresentados na tabela abaixo, em R\$ milhões, representam a expectativa de pagamento de benefícios pelos planos de benefícios de previdência e, no caso do PAS, dispêndio de caixa pelo Banco para cobertura das obrigações.

	Plano de Benefícios I	Plano de Benefícios II	PAS
Próximos 5 anos	400	8	69
6 a 10 anos	361	12	61
Após 10 anos	767	126	129

26. PARTES RELACIONADAS

a) Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE

O BRDE aluga salas de propriedade da Fundação ISBRE para uso das suas atividades operacionais. As despesas com o referido aluguel estão registradas em outras despesas administrativas.

A Fundação reembolsa todas as despesas com remuneração e encargos que o BRDE tem com os funcionários cedidos que desempenham funções de diretoria no ISBRE.

O Banco paga à Fundação contribuições mensais na função de patrocinador dos planos de benefício e registra no resultado em despesas com pessoal.

A seguir apresentamos as receitas e despesas incorridas com o ISBRE:

	2º semestre		Exercício	
	2022	2021	2022	2021
Locação de salas	(423)	(376)	(805)	(740)
Ressarcimento de salários	718	349	1.250	683
Contribuição patronal	(4.213)	(3.683)	(8.431)	(8.312)
Total	(3.918)	(3.710)	(7.986)	(8.369)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

São partes relacionadas as pessoas físicas integrantes do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e da Diretoria, assim considerados como pessoal-chave da Administração, que receberam nos semestres findos os seguintes valores constituídos de remuneração, encargos e benefícios:

	2022	2021
Benefícios de curto prazo	8.230	7.305
Diretoria	7.481	6.831
Conselho de Administração	494	360
Conselho Fiscal	89	-
Comitê de Auditoria	166	114
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	25	340
Total	8.255	7.645

c) Agência de Fomento do Paraná S/A – FOMENTO PR

No 1º semestre de 2021, o BRDE concedeu empréstimo, em condições similares aos demais clientes do BRDE, a Agência de Fomento do Paraná (FOMENTO PR), cujo controlador é o Estado do Paraná, um dos sócios do BRDE, sendo que o saldo em 31/12/2022 é de R\$ 7.069 (2021 – R\$ 9.621).

27. GERENCIAMENTO DE RISCO, GESTÃO DE CAPITAL E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O gerenciamento de riscos do BRDE é desenvolvido em conformidade com as provisões da Resolução 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional aplicáveis às instituições financeiras enquadradas no segmento S3 e como normativos internos, e é baseado em objetivos e políticas

estabelecidos pelo Conselho de Administração conforme consolidado na Declaração de Apetite a Riscos do BRDE.

Para alcançar seus objetivos estratégicos, o BRDE assume riscos de diferentes tipos e naturezas inerentes à prática bancária, e para isso define os níveis aceitáveis de riscos que está disposto a incorrer e mantém controles para sua identificação, mensuração, mitigação, acompanhamento e reporte, além de gerenciá-los por meio de processos específicos que enfatizam a integridade, a efetividade, a prudência e a responsabilidade pública. O BRDE dispõe de políticas, planos, normas e procedimentos que orientam o gerenciamento dos riscos, proporcionando uma base normativa uniforme e coerente que assegura uma estrutura de controle compatível com a natureza de suas operações; com a complexidade de suas atividades, processos e sistemas; e com a dimensão de sua exposição ao risco. Tais processos estão inseridos na estrutura de gerenciamento de riscos, coordenada por área específica, apartada das unidades de negócio e de suporte, subordinada ao diretor responsável pelo gerenciamento de risco (CRO), e supervisionada por comitê interno específico vinculado ao Conselho de Administração e composto por membros externos à instituição.

O Banco Central do Brasil estabelece que as instituições financeiras possuam um patrimônio de referência suficiente para fazer face aos riscos a que estão expostas, em função das atividades por elas desenvolvidas. Os ativos ponderados por risco (RWA, da sigla em inglês para *Risk Weighted Assets*) são a medida da necessidade de patrimônio mínimo das instituições financeiras para fazer frente aos riscos associados a suas atividades. No período ora reportado, o BRDE cumpriu os requisitos de capital previstos na legislação em vigor.

O BRDE não recebe depósitos à vista e nem conta com fundos de natureza fiscal ou parafiscal. Desta forma, seu capital é composto exclusivamente pelo capital social e pelas reservas de capital acumuladas. O BRDE mantém ainda plano trienal de contingência de capital, identificando as ações a serem consideradas em possíveis cenários de crise de capital, com a definição da governança necessária para o reestabelecimento dos padrões adequados. Os procedimentos de gestão de capital incluem a análise mensal pela área gerenciamento de riscos e apreciação periódica pelos comitês de riscos, de gestão, e de auditoria, bem como pela Diretoria e Conselho de Administração. O constante monitoramento da adequabilidade de capital, através dos controles supracitados, visa antever a possibilidade de ocorrência de eventos de contingência, possibilitando ações corretivas e mitigadoras, de acordo com o Plano de Contingência de Capital.

28. CAPITAL REGULAMENTAR E EXIGÊNCIA DE CAPITAL

De acordo com os critérios estabelecidos nas Resoluções CMN nº 4.955 e 4.958/2021, e demais normas complementares, apresentamos os valores do Patrimônio de Referência, dos Ativos Ponderados pelo Risco e o Índice de Basileia, na data de 31 de dezembro.

	2022	2021
Patrimônio de Referência	3.823.886	3.381.134
Total de ativos ponderados por risco (RWA)	18.957.393	16.515.896
Risco de Crédito - RWACPAD	17.654.898	15.230.007
Risco de Mercado - RWAMPAD	81.783	112.887
Risco Operacional - RWAOPAD	1.220.712	1.173.002
Índice de Basileia	20,17	20,47

29. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Em cumprimento ao art. 35 da Resolução BCB n.º 2/2020 apresentamos 3 cenários para os testes de sensibilidade: um cenário pessimista e dois otimistas. Para definição destes cenários, consideramos o atual momento da economia, a retomada de financiamentos e a projeção dos juros para 2023 e seus efeitos nos principais itens de balanço:

- ➔ Qualidade da carteira de crédito: para o principal item do balanço do BRDE foram elaborados, pela área responsável, cenários de migração da provisão considerando o porte das empresas, suas áreas de atuação, possíveis recuperações e o seu efeito no resultado.
- ➔ Resultado da intermediação financeira: considerando a relação entre a disponibilidade de *funding* e a procura por crédito;
- ➔ Receita financeira: os cenários foram definidos mantendo o rendimento do CDI ou apresentando uma variação de 1 ponto percentual para cima ou para baixo;
- ➔ Provisão para contingências: possível aumento visto o momento de incertezas que a economia se encontra;
- ➔ Créditos tributários: impacto resultante da movimentação ocorrida nos itens e cenários acima descritos;

O quadro a seguir apresenta os indicadores utilizados em cada cenário e o seu efeito no resultado:

Cenários	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Item sensibilizado	Qualidade da carteira de crédito – variação da PCLD		
Premissa	Aumento de 5%	Redução de 5%	Redução de 10%
Efeito no resultado	(15.528)	15.528	31.055
Item sensibilizado	Resultado bruto da intermediação financeira		
Premissa	Redução de 5%	Aumento de 10%	Aumento de 15%
Efeito no resultado	(54.984)	109.967	164.951
Item sensibilizado	Resultado de receita financeira		
Premissa	CDI -1%a.a.	CDI	CDI +1%a.a.
Efeito no resultado	154.088	164.086	174.040
Item sensibilizado	Aumento da provisão para contingências		
Premissa	Redução de 5%	Aumento de 5%	Aumento de 10%
Efeito no resultado	4.609	(4.609)	(9.219)
Item sensibilizado	Impacto nos créditos tributários		
Premissa	Aumento de 5%	Redução de 5%	Redução de 10%
Efeito no resultado	8.299	(8.299)	(16.598)

30. PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO CMN nº 4.966/2021

Em cumprimento do disposto na Resolução CMN nº 4.966/2021, art. 76, §2º, inciso II, apresentamos as etapas do Plano de Implementação da Regulamentação Contábil, aprovadas pelo Conselho de Administração, em 29/06/2022:

- Classificação de Ativos e Passivos Financeiros: 30/06/2024
- Reconhecimento e mensuração: adequação ao método de juros efetivos: 31/12/2023
- Reconhecimento e mensuração: stop-accrual na apropriação de receitas e encargos: 30/6/2024
- Procedimentos e parâmetros para baixa para prejuízo: 31/12/2023
- Procedimentos e parâmetros para provisão de perdas associadas ao risco de crédito: 30/06/2024
- Contabilidade de *Hedge* - efetividade e estratégia: 31/12/2024

Salientamos, que em caso de emissão de normas complementares à Resolução CMN N° 4.966/21 pelo Banco Central do Brasil, será necessário a revisão do plano de implementação.

DIRETORIA

Diretor-Presidente
WILSON BLEY LIPSKI

Diretor Vice-Presidente e Diretor de
Acompanhamento e Recuperação de Créditos
MARCELO HAENDCHEN DUTRA

Diretor de Planejamento e
Diretor de Operações
OTOMAR OLEQUES VIVIAN

Diretor Financeiro
EDUARDO PINHO MOREIRA

Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS BORGES DA SILVEIRA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
WILSON BLEY LIPSKI

Conselheiros
WAGNER CARLOS AICHNER
JULIANA BALDESSAR WEBER BECKER
WAGNER MARCOS SALAI
PEDRO FERNANDO DE ALMEIDA NERY FERREIRA
JOÃO BIRAL JUNIOR
LUÍS CARLOS PRANDINI

FABIANO MEASSI
Contador Geral – CRCRS – 70.237/O-6

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos

Controladores e aos Diretores do

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE

Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE (Banco) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 7 e 9 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2022, o saldo bruto de operações de crédito é de R\$ 15.464.679 mil, para o qual foram constituídas provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de R\$ 310.553 mil, sendo que durante o ano foram reconhecidas receitas com operações de crédito e reversões de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito nos montantes de R\$ 1.571.208 mil e R\$ 121.920 mil, respectivamente. A diretoria exerce julgamento para fins da determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de acordo com o determinado pela Resolução 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional, bem como considera a expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente, com base na experiência passada, cenário atual e perspectivas futuras.

Consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) das garantias recebidas para as operações de crédito concedidas, que podem impactar o nível de provisionamento a ser considerado; (iii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iv) do julgamento da diretoria em relação à atribuição de “ratings” que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; e (v) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria abordaram entre outros, o entendimento do processo estabelecido pela diretoria, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de “rating” por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) análise de garantias recebidas; (v) atualização tempestiva de informações dos tomadores de crédito; (vi) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal e (vii) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, entre outros. Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos à análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos “ratings” atribuídos e indicadores de dias em atraso e envio de cartas de confirmação de saldo diretamente com os tomadores de crédito selecionados; além do confronto do total da base de dados com os respectivos registros contábeis.

Adicionalmente, procedemos com a avaliação dos critérios prudenciais estabelecidos pela diretoria do Banco para constituição de provisão de perda esperada adicional ao mínimo estabelecido pela Resolução 2.682/99 do CMN, incluindo as análises preparadas pela diretoria do Banco.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria para apuração e registro contábil das operações de crédito e da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, assim como as divulgações efetuadas nas notas explicativas nº 7 e 9 às demonstrações financeiras, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Planos de benefício pós-emprego

O Banco possui passivos atuariais relacionados a planos de benefícios pós-emprego que, conforme mencionado na nota explicativa nº 25 às demonstrações financeiras, compreendem benefícios de previdência e programa de assistência à saúde, totalizando R\$ 258.802 mil, em 31 de dezembro de 2022. Consideramos como um dos principais assuntos de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos e à complexidade dos modelos de avaliação dos passivos atuariais, que contemplam a utilização de premissas de longo prazo, tais como: mortalidade geral; entrada em invalidez; custos médicos; crescimento salarial; composição familiar; taxa de desconto e inflação.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Com o suporte de nossos especialistas atuariais procedemos, dentre outros procedimentos, a análise da metodologia e das principais premissas utilizadas pela diretoria na avaliação das obrigações atuariais decorrentes dos planos de benefício pós-emprego, verificamos a exatidão matemática do cálculo das reservas e analisamos a consistência dos resultados face aos parâmetros utilizados nas avaliações. Também fez parte dos procedimentos de auditoria a realização de testes de integridade das bases de dados cadastrais utilizadas nas projeções atuariais e a suficiência das divulgações relacionadas aos planos de benefício pós-emprego nas demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os planos de benefício pós-emprego, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de avaliação das obrigações atuariais adotadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 25 às demonstrações financeiras, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Recuperabilidade dos créditos tributários

Em 31 de dezembro de 2022, o Banco mantém registrado ativo fiscal diferido no valor de R\$ 258.416 mil, conforme apresentado em nota explicativa nº 18 às demonstrações financeiras, constituído substancialmente sobre diferenças temporárias na apuração da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, decorrentes principalmente de perdas com créditos temporariamente indedutíveis e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, para contingências e para benefícios pós-emprego.

Consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria devido a relevância do montante registrado e razoável grau de julgamento na determinação de premissas sobre a performance futura do Banco e do estudo de realização desses ativos, conforme descrito na nota explicativa nº 18 às demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Dentre outros procedimentos, envolvemos nossos especialistas tributários para validação das bases de cálculo tributáveis e da movimentação do crédito em concordância com a legislação vigente. Ainda analisamos a metodologia e as premissas utilizadas pela diretoria no estudo de realização dos créditos tributários, incluindo as projeções de resultados futuros, bem como o atendimento aos requerimentos do Banco Central do Brasil. Verificamos a exatidão matemática no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e os saldos contábeis, assim como a consistência com as avaliações anteriores, a razoabilidade das premissas utilizadas e a suficiência das divulgações em notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os créditos tributários, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os saldos registrados e os critérios e premissas relacionadas ao estudo de realização, incluindo as projeções de resultados futuros, preparados pela diretoria do Banco, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 18 às demonstrações financeiras, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da diretoria do Banco, e apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 28 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

A handwritten signature in blue ink that reads 'Renata Zanotta Calçada'.

Renata Zanotta Calçada
Contadora CRC - RS062793/O-8

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA Período findo em 31.12.2022

INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria - COAUD é um órgão estatutário do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, constituído em 22 de junho de 2016, com suas atividades definidas pela Lei nº 13.303/2016 e nos termos da Resolução CMN nº 4.910, de 27/05/2021, vigente a partir 01/01/2022. Durante o 2º semestre de 2022, o órgão estatutário reuniu-se três (03) vezes, onde foram exercidas as atribuições regulamentares e analisadas as demonstrações financeiras da data-base de 31.12.2022, sendo examinado e aprovado o Relatório do Comitê de Auditoria relativo às atividades desenvolvidas no período, e o resumo a seguir:

I - AUDITORIA INTERNA

O Comitê avaliou as atividades da Auditoria Interna, atestando a efetividade e adequação dos procedimentos e do cumprimento de dispositivos legais e normativos internos e externos aplicáveis ao BRDE. Também acompanhou a evolução do atendimento pelas áreas gestoras, das recomendações emitidas pela AUDIN, pela auditoria independente e acompanhamento de órgãos de fiscalização, objetivando a mitigação dos riscos identificados.

II - SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

O Comitê avaliou as atividades da Superintendência de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, atestando a efetividade dos sistemas de controle interno da Instituição no cumprimento dos dispositivos legais. O Comitê destaca que área está em constante aprimoramento e alinhada com sua visão de futuro sobre as estratégias necessárias para mitigar os riscos e fortalecer os controles da organização.

III - AUDITORIA INDEPENDENTE

O Comitê avaliou como satisfatória a qualidade, o detalhamento das informações e serviços prestados pela empresa de auditoria independente sobre as demonstrações financeiras do BRDE e demais relatórios obrigatórios e/ou contratuais. Não tendo sido verificadas situações em que a independência da auditoria externa ficasse comprometida no exercício de suas atribuições.

IV - SUPERINTENDÊNCIA FINANCEIRA

Em atendimento às atribuições de revisar, previamente à publicação, o Comitê de Auditoria apreciou os seguintes documentos: as Demonstrações Financeiras do BRDE; o Estudo Técnico dos Créditos Tributários Diferidos de imposto de renda e contribuição social; o Relatório da Administração e Socioambiental; e os Relatórios dos Auditores Independentes, referentes à data-base de 31 de dezembro de 2022. Com base nas atividades desenvolvidas, e com o respaldo da auditoria interna, não foi identificado descumprimento das normas, atos ou omissão por parte dos administradores do BRDE que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que coloquem em risco a fidedignidade das informações publicadas, assim como não foram observadas situações nas quais existam divergências significativas entre a Administração, os Auditores Independentes e o Comitê de Auditoria. Desta forma, concluímos que as demonstrações financeiras do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE foram elaboradas em conformidade com as normas legais e regulamentares. Deste modo, recomendamos a sua aprovação e encaminhamento ao Conselho de Administração.

Porto Alegre, 20 de março de 2023.

Alex Mussoi
Ribeiro

Assinado de forma digital
por Alex Mussoi Ribeiro
Dados: 2023.03.23
20:03:53 -03'00'

ALEX MUSSOI RIBEIRO
Coordenador do Comitê de Auditoria
Representante do Estado de SC

LAUREN DE VARGAS
MOMBACK:92280382091

Digitally signed by LAUREN DE
VARGAS MOMBAC:92280382091
Date: 2023.03.23 17:29:57 -03'00'

LAUREN DE VARGAS MOMBAC
Integrante do Comitê de Auditoria
Representante do Estado do RS

EDERSON JOSE PINHEIRO
COLACO:03475527901

Assinado de forma digital por EDERSON
JOSE PINHEIRO COLACO:03475527901
Dados: 2023.03.22 16:16:40 -03'00'

EDERSON J. PINHEIRO COLAÇO
Integrante do Comitê de Auditoria
Representante do Estado do PR

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na condição de membros do Conselho Fiscal do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, e no exercício das atribuições legais e estatutárias relacionadas, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Com base em nossos exames e esclarecimentos prestados pelas áreas técnicas e representantes da Administração no curso do respectivo exercício e no Relatório dos Auditores Independentes, entendemos que os documentos estão em conformidade com as práticas contábeis que se aplicam ao BRDE, e refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da instituição, opinando por sua aprovação.

Porto Alegre, 28 de março de 2023.

CICERO ANTONIO
EICH:47887931053

Assinado de forma digital
por CICERO ANTONIO
EICH:47887931053
Dados: 2023.03.28 11:28:58
-03'00'

CÍCERO ANTÔNIO EICH
Presidente do Conselho Fiscal
Representante do PR

Documento assinado digitalmente
gov.br EDUARDO ROSEMBERG LACHER
Data: 28/03/2023 12:05:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

EDUARDO ROSEMBERG LACHER
Conselheiro Fiscal
Representante do RS

Documento assinado digitalmente
gov.br RICARDO FERREIRA
Data: 28/03/2023 12:39:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

RICARDO FERREIRA
Conselheiro Fiscal - Suplente
Representante de SC